



**GOVERNO DO ESTADO  
DO ESPÍRITO SANTO**

**Programa de Apoio ao Fortalecimento  
da Gestão Pública**

**ESPÍRITO SANTO MAIS INTELIGENTE**

**Projeto P180462**

**Acordo de Empréstimo BIRD 9679 - BR**

**Edital de Pregão Eletrônico nº 90001/2026**

**SOLICITAÇÃO DE OFERTA - SDO**

**OBJETO:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos em geral, sob demanda, voltados à produção de materiais de comunicação, divulgação e materiais institucionais das ações do Programa ES+Inteligente.

**Processo E-Docs Nº:** 2025-570QJ

**Referência STEP:** BR-SECTI-390090-NC-RFB

**País:** Brasil

**Publicado em:** 21/01/2026

## Índice Geral

<b>Seção I. Instruções aos Licitantes (IAL)</b>	<b>02</b>
<b>Seção II. Folha de Dados da Licitação (FDL)</b>	<b>30</b>
<b>Seção III. Termo de Contrato</b>	<b>44</b>
<b>Seção IV. Condições Gerais do Contrato (CGC)</b>	<b>47</b>
<b>Seção V. Condições Especiais do Contrato (CEC)</b>	<b>73</b>
<b>Seção VI. Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos</b>	<b>84</b>
<b>Seção VII. Formulários de Oferta Atualizada</b>	<b>107</b>
<b>Seção VIII. Declarações do Licitante</b>	<b>112</b>

## Seção I. Instruções aos Licitantes (IAL)

### A. Disposições Gerais

- 1 Escopo da Licitação**
  - 1.1 O Contratante, conforme definido nas “Condições Gerais do Contrato” (CGC) e identificado na Seção II, “Folha de Dados da Licitação” (FDL), por seu(u) Pregoeiro(a) designado(a) **na FDL**, convida a apresentar Ofertas para a aquisição do objeto descrito **na FDL** e na Seção VII – Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos.
  - 1.2 Se assim especificado **na FDL**, esta licitação objetivará o Registro de Preços do escopo descrito na IAL 1.1.
- 2 Fonte de Financiamento**
  - 2.1 O(a) Pregoeiro(a), fará realizar o processo licitatório de Solicitação de Oferta (SDO), na forma de PREGÃO ELETRÔNICO, para cobrir custos elegíveis do financiamento (“fundos”) de um Empréstimo ou Doação do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – Banco Mundial (doravante denominado “Banco”), identificado **na FDL**, conforme faculta o §3º do art. 1º, da Lei nº. 14.133/21 e suas alterações subsequentes.
  - 2.2 O certame será realizado por meio do sistema eletrônico indicado **na FDL**, e regida pelas disposições do Acordo retro mencionado e pelo Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco Mundial, na edição definida **na FDL**, para cobrir custos elegíveis nos termos do Contrato para a aquisição do escopo do Edital.
- 3 Fraude e Corrupção**
  - 3.1 As Diretrizes do Banco Mundial sobre Prevenção e Combate à Corrupção são de cumprimento obrigatório, conforme o disposto Apêndice 1 da Minuta de Contrato desse Edital.
  - 3.2 Ainda de acordo com essa política, os Licitantes permitirão, e providenciarão essa permissão junto a seus agentes (declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço, fornecedores e seu pessoal, que o Banco Mundial inspecione todas as contas, registros e outros documentos relacionados a qualquer

processo de seleção inicial, processo de pré-qualificação, apresentação da Oferta e execução do contrato (no caso de adjudicação) e que esses documentos sejam auditados por auditores indicados pelo Banco Mundial.

**4 Orçamento Estimado Sigiloso**

- 4.1 O orçamento estimado da presente contratação será de caráter sigiloso.
- 4.2 Para fins do disposto na IAL 4.1, o orçamento estimado para a aquisição não será tornado público antes de definido o resultado do julgamento das ofertas.

**5 Licitantes Elegíveis**

- 5.1 Um Licitante, incluindo em todos os casos, seus respectivos subcontratados, diretores, pessoal-chave, principais acionistas, pessoal proposto e agentes, não deverá ter conflito de interesses, a menos que o conflito tenha sido resolvido a contento do Banco. Os Licitantes que tiverem conflito de interesses serão desqualificados. Um Licitante pode ser considerado como tendo um conflito de interesses para os fins desta licitação, se o Licitante:
- (a) tiver controle<sup>1</sup> direto ou indireto sobre outro Licitante, for controlado direta ou indiretamente por outro Licitante ou for controlado juntamente com outro Licitante por pessoa física ou jurídica em comum; ou
  - (b) receber ou tiver recebido qualquer subsídio direto ou indireto de outro Licitante; ou
  - (c) tiver o mesmo representante legal de outro Licitante; ou
  - (d) tiver relação com outro Licitante, diretamente ou por meio de terceiros em comum, que lhe permita influenciar a influenciar na Oferta de outro Licitante ou de influenciar as decisões do Contratante em relação a esta Licitação; ou

---

<sup>1</sup> Controle deve ser entendido como o poder de dirigir, direta ou indiretamente, os rumos e as políticas de uma empresa, seja por meio da titularidade de ações com direito a voto, por contrato ou por qualquer outra forma. O controle pode incluir a propriedade majoritária de ações com direito a voto, outros mecanismos de controle (como "ações de ouro", direitos de veto ou acordos de acionistas que requeiram maiorias especiais) ou, no caso de financiamento por um fundo de investimentos, o controle exercido por um sócio geral ou administrador do fundo. O controle será determinado no contexto de cada caso particular.

- (e) qualquer de suas afiliadas tenha participado como consultor na preparação do projeto ou das especificações técnicas das obras que constituem o objeto da Oferta; ou
- (f) qualquer um de suas afiliadas tenha sido contratado (ou se propõe a ser contratado) pelo Contratante ou pelo Mutuário como Gerente de Projeto para a execução do Contrato; ou
- (g) estiver fornecendo bens, obras e serviços distintos dos serviços de consultoria, derivados ou diretamente relacionados aos serviços de consultoria, para a preparação ou execução do projeto especificado na IAL 2.1, fornecidos por qualquer afiliada que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum com essa empresa; ou
- (h) possui uma estreita<sup>2</sup> relação familiar, comercial ou de emprego anterior ou posterior com algum profissional da equipe do Mutuário (ou da agência executora do projeto, ou beneficiário de uma parte do empréstimo) que: (i) esteja envolvido direta ou indiretamente na elaboração do edital ou das especificações do Contrato, ou do processo de avaliação das Ofertas desse Contrato; ou (ii) estiver envolvido com a execução ou supervisão desse Contrato, a menos que o conflito derivado dessa relação tenha sido resolvido de maneira considerada aceitável para o Banco durante o processo de licitação e execução do Contrato.

5.2 Um Licitante não é elegível se ele ou seus subcontratados, fornecedores, consultores, fabricantes ou prestadores de serviços envolvidos em qualquer parte do Contrato (incluindo, em todos os casos, os respectivos diretores, pessoal-chave, principais acionistas, pessoal proposto e agentes) está sujeito a uma suspensão temporária ou a uma inabilitação, ou a uma desqualificação imposta pelo Banco Mundial nos termos de um acordo de reconhecimento mútuo de sanções impostas assinado pelo Banco Mundial e outros bancos de desenvolvimento. A lista dessas

---

<sup>2</sup> Por parentesco ou estreita relação familiar deve-se entender que abrange até o quarto grau de consanguinidade ou adoção, ou até o segundo grau de união por casamento ou união estável (afinidade).

empresas e indivíduos inelegíveis é indicada **na FDL**.

5.3 Uma empresa Licitante (individualmente ou como membro de um Consórcio) não poderá participar como Licitante ou como membro de um Consórcio em mais de uma Oferta. Isto inclui a participação como subcontratados em outras Ofertas. Tal participação resultará na desqualificação de todas as Ofertas nas quais a empresa estiver envolvida. Uma empresa que não seja Licitante nem membro de um Consórcio poderá participar como subcontratados em mais de uma Oferta.

5.4 O Licitante deverá comprovar sua elegibilidade satisfatoriamente ao Contratante a qualquer tempo, sempre que essa comprovação for requisitada.

## 6 Condições de Participação

6.1 Poderão participar deste certame os interessados, nacionais ou estrangeiros, individualmente ou por consórcio, que:

- (a) estiverem previamente credenciados no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)), ou outro sistema equivalente definido **na FDL**;
- (b) atendam às condições exigidas no cadastramento no Sicaf ou outro sistema equivalente definido **na FDL**, até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das ofertas; e
- (c) atendam as condições de elegibilidade, conforme a IAL 5.

6.2 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas ofertas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

6.3 É de responsabilidade do Licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados na IAL 6.1 e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros

tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, sob pena de desclassificação no momento da habilitação.

6.4 Não poderão participar direta ou indiretamente nesta Licitação:

- (a) Os Licitantes que não atenderem às condições de Elegibilidade, indicados na IAL 5 do Edital.
- (b) Os Licitantes que tenham sido declarados inidôneos por qualquer órgão da Administração Pública direta ou indireta Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal ou que tenham sido punidos com suspensão do direito de contratar ou licitar com o Contratante.
- (d) Servidor de qualquer Órgão ou Entidade vinculada ao Órgão promotor da licitação, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico.
- (e) Nenhum Licitante vinculado ao Contratante.

6.5 Qualquer declaração falsa sujeitará o Licitante às sanções previstas nas IAL 30.

## B. Edital

- 7 Conteúdo do Edital**
- 7.1 O edital compreende o conjunto de documentos listados abaixo e todos os aditivos que tenham sido emitidos de acordo com as IAL 8 e 10:

- Seção I. Instruções aos Licitantes (IAL)
- Seção II. Folha de Dados da Licitação (FDL)
- Seção III. Termo de Contrato
- Seção IV. Condições Gerais do Contrato (CGC)
- Seção V. Condições Especiais do Contrato (CEC)
- Seção VI. Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos
- Seção VII. Formulários de Oferta Atualizada

Seção VIII. Declarações do Licitante

7.2 O Contratante não se responsabiliza pela integralidade deste Edital, caso ele não tenha sido obtido diretamente do Contratante.

**8 Esclarecimentos sobre o Edital**

8.1 Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Edital deverão ser enviados ao Pregoeiro no prazo e endereço indicados **na FDL**.

8.2 O(a) Pregoeiro(a) prestará os esclarecimentos, sem identificar sua origem, em até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, disponibilizando-os no endereço eletrônico indicado nas IAL 2.2 cabendo aos Licitantes acessá-lo para obtê-los.

**9 Impugnação ao Edital**

9.1 Qualquer interessado é parte legítima para impugnar este Edital, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

9.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

9.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por pelos meios indicados **na FDL**.

9.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame na mesma forma de publicação do edital original.

**10 Emenda ao Edital**

10.1 Modificações no edital serão divulgadas como uma Emenda pelo mesmo instrumento de publicação utilizado para divulgação do texto original e o prazo inicialmente estabelecido será reaberto, exceto se, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das ofertas, resguardado o tratamento isonômico aos licitantes.

10.2 Qualquer Emenda emitida será parte do Edital e deverá ser informada por escrito a todos que baixaram o Edital no endereço eletrônico indicado nas IAL 2.2.



### C. Preparação da Oferta

#### 11 Preenchimento da Oferta

11.1 O licitante deverá enviar sua oferta mediante o preenchimento no sistema eletrônico dos campos indicados **na FDL**.

11.2 No preenchimento da oferta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

- (a) está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a oferta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- (b) não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- (c) não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- (d) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

11.3 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006.

11.3.1 A assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que

microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

11.4 Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

- (a) de cujo capital participe outra pessoa jurídica;
- (b) que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;
- (c) de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- (d) cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- (e) cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;
- (f) constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;
- (g) que participe do capital de outra pessoa jurídica;
- (h) que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de

previdência complementar;

- (i) resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;
- (j) constituída sob a forma de sociedade por ações.
- (k) cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

11.5 A falsidade da declaração de que trata a IAL 11.3 sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.

11.6 Os licitantes poderão retirar ou substituir sua oferta até a abertura da sessão pública.

11.7 Todas as especificações do objeto contidas na oferta vinculam o licitante.

11.7.1 O licitante NÃO poderá oferecer oferta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

11.8 Os padrões de fabricação, processos, materiais e equipamentos, bem como referências a marcas ou números de catálogo especificados pelo Contratante na Descrição dos Bens e Serviços Correlatos, são meramente descritivos e não restritivos. O Licitante poderá oferecer outros padrões de qualidade, marcas e/ou números de catálogo, desde que demonstre, a critério do Contratante, que as substituições asseguram a equivalência substancial ou são superiores àqueles especificados na Seção VII – Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos.

**11.9 É vedado ao Licitante se identificar, por meio de qualquer símbolo, marca ou outros elementos indicativos, quando preparar e enviar sua oferta, formulários, documentos, planilhas, anexos, ou outros documentos sob pena de desclassificação da oferta, impedindo a continuidade da participação no procedimento licitatório.**

## 12 Preço da Oferta

12.1 Nos valores ofertados estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e

quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

12.2 Os preços ofertados, tanto na oferta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.3 Na presente licitação, as Microempresa e as Empresas de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

12.4 A apresentação das ofertas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Edital e as Especificações Técnicas, assumindo o ofertante o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

**13 Validade das  
Ofertas**

13.1 O prazo de validade da oferta não será inferior a 60 (sessenta) dias, se prazo maior não estiver fixado **na FDL**, a contar da data de sua abertura da oferta apresentada. A oferta válida por um período inferior será desclassificada.

13.2 Em circunstâncias excepcionais, o Contratante pode solicitar ao Licitante que prorogue o período de validade por um período adicional específico, mas não será permitida ou exigida qualquer alteração à oferta.

**14 Visita ao Local de  
Entrega**

14.1 É de responsabilidade do Licitante, por sua própria conta e risco, visitar e analisar o local de prestação dos Serviços Correlatos, caso solicitados, obtendo todas as informações necessárias para preparar a oferta e celebrar o contrato. Os custos de visita ao local serão arcados pelo Licitante.

14.1.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Contratante data e horário a ser

agendado conforme indicado **na FDL**.

#### D. Apresentação e Abertura das Ofertas

##### 15 Apresentação da Oferta

- 15.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico indicado na IAL 2.2, a oferta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento indicado **na FDL**, até a data e o horário estabelecidos **na FDL** para abertura da sessão pública.
- 15.2 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da oferta, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 15.3 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a oferta dos licitantes convocados para apresentação de oferta, após a fase de envio de lances.
- 15.4 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da oferta e obedecerá às seguintes regras:
  - (a) a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
  - (b) os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata a alínea (a).
- 15.5 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
  - (a) valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

(b) percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

15.6 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma da IAL 15.4 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

15.7 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a licitação e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo Contratante ou de sua desconexão.

15.8 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso

15.9 Os Licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e de sistemas semelhantes mantidos pelo Mutuário, caso indicados **na FDL**, assegurado aos demais Licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas após a fase de lances.

## 16 Abertura da Oferta

16.1 A abertura das ofertas dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados **na FDL**.

16.2 Os licitantes poderão retirar ou substituir a oferta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

16.3 O sistema disponibilizará campo próprio para avisos gerais e necessários para o andamento da sessão pelo Pregoeiro.

16.3.1 Fica expressamente proibida a comunicação dos Licitantes, entre eles próprios ou com o Pregoeiro, por meio de "Chat" ou procedimento similar.

## 17 Fase Competitiva

17.1 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar

lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

- 17.2 O procedimento de lances seguirá de acordo com o modo de disputa adotado indicado **na FDL**.
- 17.3 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 17.4 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 17.5 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à oferta que cobrir a melhor oferta deverá ser aquele indicado **na FDL**.
- 17.6 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 17.7 Após o término da etapa de lances, o sistema ordenará e divulgará as ofertas segundo a ordem crescente de valores.
- 17.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 17.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 17.10 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua oferta.
- 17.11 Margem de Preferência Nacional não será adotada.**

**18 Desconexão do sistema**

- 18.1 No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva da licitação, o sistema eletrônico poderá

permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 18.2 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) Pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**19 Empate Ficto**

- 19.1 Em relação a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos art. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

19.1.1 O parâmetro para o empate ficto consistirá no preço ofertado pela fornecedora classificada em primeiro lugar. Nessas condições, as ofertas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

19.1.2 A licitante mais bem classificada nos termos da IAL 19.1.1 terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

19.1.3 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de até 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do



mesmo direito, no prazo estabelecido na IAL 19.1.2.

19.1.4 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

19.2 A obtenção do benefício a que se refere a IAL 19.1 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

19.3 Só poderá haver empate entre ofertas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

19.4 Havendo eventual empate entre ofertas ou lances, o critério de desempate será adotado na ordem indicada **na FDL**.

19.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por empresas que:

- (a) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no país;
- (b) comprovem a prática de mitigação de acordo com a Política Nacional sobre Mudança do Clima, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009 e suas alterações.

19.6 Esgotados todos os demais critérios de desempate previstos, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

## 20 Encerramento da Fase Competitiva

20.1 Após a finalização da etapa de lances **NÃO HAVERÁ negociações** de preços, sendo o lance final o preço a ser considerado para classificação e julgamento das Ofertas.

- 20.2 O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a oferta adequada ao último lance ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- 20.3 É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

#### **E. Avaliação das Ofertas**

### **21 Julgamento da Oferta**

- 21.1 Encerrada a etapa de lances, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da oferta do licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, verificando se atende:
- (a) as condições de participação na licitação, especialmente quanto a elegibilidade;
  - (b) compatibilidade do preço em relação ao valor de mercado; e
  - (c) se a oferta é substancialmente adequada.
- 21.2 Será desclassificada a oferta que:
- (a) não obedecer à Descrição dos Bens e Serviços Correlatos contidos na Seção VII - Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos;
  - (b) apresentar oferta com valores atipicamente baixos; ou
  - (c) apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- 21.2.1 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.
- 21.3 Erros no preenchimento da planilha não constituirão motivo para a desclassificação da oferta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja

majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

21.3.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância da oferta;

21.4 Para fins de análise da oferta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor solicitante ou da área especializada no objeto.

**22 Amostra** 22.1 Caso a apresentação de amostra seja solicitada **na FDL**, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la conforme disciplinado na Seção VII - Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos, sob pena de não aceitação da oferta.

22.1.1 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

22.1.2 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

22.1.3 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo(a) Pregoeiro(a), ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a oferta do licitante será recusada.

22.1.4 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da oferta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes na Seção VII - Especificações Técnicas.

**23 Oferta** 23.1 Será considerada como anormalmente baixa qualquer oferta

**Anormalmente  
Baixa**

cujo preço, em combinação com outros elementos que compõem a oferta, parecer excessivamente baixo a ponto de suscitar graves preocupações do Contratante quanto à capacidade do Licitante de executar o Contrato pelo Preço da Oferta oferecido<sup>3</sup>.

- 23.2 Ao identificar uma possível Oferta Anormalmente Baixa, o Contratante deverá solicitar esclarecimentos por escrito ao Licitante, incluindo uma análise detalhada do preço da sua Oferta em relação ao objeto do contrato, escopo, cronograma de entrega, alocação de riscos e responsabilidades e quaisquer outros requisitos do Edital de Licitação.
- 23.3 Após a avaliação das análises de preço, e se o Contratante determinar que o Licitante não conseguiu demonstrar sua capacidade de executar o Contrato pelo Preço da Oferta apresentado, a oferta será rejeitada.

**24 Habilitação**

- 24.1 Considerada aceitável a Oferta, será verificada, por meio do sistema eletrônico indicado na IAL 2.2, a habilitação do Licitante conforme disposições deste Edital.
- 24.2 A habilitação dos licitantes será verificada, quanto aos documentos a seguir abrangidos **na FDL**, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação quanto a:
- (a) Habilitação jurídica;
  - (b) Qualificação técnica;
  - (c) Qualificação fiscal, social e trabalhista; e
  - (d) Qualificação econômico-financeira.
- 24.3 Na hipótese do fornecedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes de seu país de origem, aos

---

<sup>3</sup>Os métodos para identificação de uma OAB estão descritos no seguinte endereço eletrônico: <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/780841478724671583-0290022017/original/ProcurementGuidanceidentificationandtreatmentofAbnormallyLowBidsandProposals.pdf>

exigidos dos Licitantes nacionais.

- 24.4 Para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, a empresa estrangeira que não funcione no País, se exigido **na FDL**, deve comprovar que é ou será (se for adjudicado o contrato) representado por um agente no país autorizado e capaz de realizar a manutenção, reparação e fornecer peças de reposição, conforme disposto na Seção VII - Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos.
- 24.5 O Licitante que não fabricar ou produzir os Bens que ele oferece para o fornecimento, se exigido **na FDL**, deve apresentar autorização do fabricante demonstrando que foi devidamente autorizado pelo fabricante ou produtor dos Bens para fornecer esses Bens no país do Contratante.
- 24.6 A documentação exigida na IAL 24.2 para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF e de sistemas semelhantes mantidos pelo Mutuário, quando a licitação for realizada por esses entes federativos, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.
- 24.7 Para fins de habilitação, a verificação pelo(a) Pregoeiro(a) nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.
- 24.8 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia simples ou outro indicado **na FDL**.
- 24.8.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 24.9 Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas.
- 24.10 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de

inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

- 24.11 O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas ofertas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das ofertas.
- 24.12 O Contratante poderá, a seu critério e por escrito, solicitar a qualquer licitante esclarecimento sobre sua oferta. Qualquer esclarecimento de um Licitante em relação à sua oferta que não seja em resposta a uma solicitação do Contratante, não será considerado válido. O pedido de esclarecimento e as respostas devem ser por escrito. Alterações nos preços ou na substância da Oferta não deverão ser solicitadas, oferecidas ou permitidas.
- 24.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo, a critério do Contratante, em sede de esclarecimento, para:
- (a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
  - (b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das ofertas.
- 24.14 No julgamento da oferta ou análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 24.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para

habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma oferta que atenda ao presente edital.

24.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja oferta atenda ao edital de licitação.

## 25 Consórcio

25.1 A Oferta apresentada por um Consórcio de duas ou mais empresas como parceiras devem atender aos seguintes requisitos, salvo se indicado de outra forma **na FDL**:

- (a) a Oferta deverá conter todas as informações listadas nas IAL 24.2 para cada membro do Consórcio;
- (b) a Oferta deverá ser assinada de forma que constitua uma obrigação legal para todos os membros;
- (c) todos os membros serão conjunta e solidariamente responsáveis pela execução do Contrato de acordo com as condições desse Contrato;
- (d) um dos membros deverá ser nomeado como representante e autorizado a assumir responsabilidades e a receber instruções por e, em nome de qualquer ou todos os membros do Consórcio;
- (e) uma cópia do Acordo do Consórcio, celebrado pelos membros, deverá ser submetida com a Oferta; ou uma Carta de Intenção para formalizar um Acordo de constituição de um Consórcio caso sejam selecionados, a qual deverá ser assinada por todos os membros e submetida com a Oferta, juntamente com uma cópia do Acordo proposto. O Acordo ou a Carta deverá especificar a empresa líder, a porcentagem de participação de cada membro na execução da totalidade do Contrato, e forma de faturamento do contrato.

25.2 Cada empresa consorciada deverá apresentar a documentação de habilitação exigida neste Edital.

25.2.1 Será admitido, para efeito de qualificação técnica, o

somatório dos quantitativos de cada consorciado, e, para efeito de qualificação econômico-financeira, o somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, observadas as proporções mínimas abaixo:

(a) Para que um consórcio se qualifique, o sócio líder deve atender pelo menos 40% dos critérios mínimos para um Licitante individual, e os outros sócios devem atender a, no mínimo, 25% dos critérios.

(b) O não cumprimento deste requisito resultará na rejeição da oferta do consórcio.

25.2.2 O Licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido na alínea (e) da IAL 25.1.

**26 Determinação do Vencedor**

26.1 O Licitante que oferecer a oferta de menor valor avaliado, substancialmente responsiva ao edital, e que atenda aos critérios de qualificação, C será declarado vencedor.

26.2 Se a oferta não for aceitável ou se o Licitante não atender às exigências de habilitação, o Contratante examinará a oferta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma oferta que atenda ao edital.

**27 Recursos**

27.1 Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, que não poderá ser inferior a 10 (dez) minutos, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer sobre o julgamento das ofertas e/ou o ato de habilitação e/ou sua inhabilitação.

27.1.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após a intimação, sob pena de preclusão;

27.2 O prazo para apresentação das razões do recurso é de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação no sistema.

27.3 Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.



- 27.4 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento das razões do recurso.
- 27.5 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- 27.6 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- 27.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 27.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 27.9 Os documentos do recurso permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico indicados na IAL2.2.

#### **F. Adjudicação do Contrato**

#### **28 Adjudicação e Homologação**

- 28.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que antes do fim do prazo de validade da oferta, promoverá a adjudicação do objeto e homologação da licitação.
- 28.2 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação do objeto pelo Contratante.
- 28.3 Após a homologação e adjudicação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.
- 28.3.1 O adjudicatário terá o prazo de até dez (10) dias úteis,

contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato, ata de registro de preços ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

28.3.2 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, ata de registro de preços ou instrumento equivalente, a Contratante poderá disponibilizar os meios indicados **na FDL**.

28.3.3 O prazo indicado na IAL 28.3.1 poderá ser prorrogados por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Contratante.

28.4 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo Licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

28.5 A Notificação de Adjudicação do Contrato deve ser publicada no website com acesso livre do Contratante, se disponível, ou em pelo menos em um jornal de circulação nacional no país do Contratante ou no Diário Oficial.

**29 Garantia de Execução** 29.1 Como condição à assinatura do contrato, o Licitante vencedor deve entregar ao Contratante uma Garantia de Execução no valor e na forma estipulados **na FDL**.

**30 Penalidades** 30.1 Garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa, poderá ficar impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, e será descredenciado no SICAF, ou do sistema equivalente definido na IAL 6.1(b), pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das sanções e multas previstas **na FDL**, o licitante que, com dolo ou culpa:

(a) deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido

- solicitado pelo(a) Pregoeiro(a) durante o certame;
- (b) salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a oferta em especial quando:
- não enviar a oferta adequada ao último lance;
  - recusar-se a enviar o detalhamento da oferta quando exigível;
  - pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
  - deixar de apresentar amostra;
  - apresentar oferta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.
- (c) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua oferta;
- (d) recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- (e) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- (f) comportar-se de modo inidôneo ou agir em desconformidade com as Diretrizes do Banco Mundial sobre Fraude e Corrupção, conforme IAL 3 e Apêndice 1 da Minuta de Contrato deste Edital.
- 30.2 As sanções descritas na IAL 30.1 também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido sem justificativa ou com justificativa recusada pela administração pública.
- 31 Ata de Registro de Preços**
- 31.1 Homologada a licitação, se previsto nas IAL 1.2, será lavrada Ata de Registro de Preços (Seção VI) com vigência de 1 (um) ano, que poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado

o preço vantajoso, a contar da data de sua assinatura.

- 31.2 O licitante mais bem classificado terá o prazo indicado **na FDL**, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no edital.
- 31.2.1 O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, mediante solicitação do licitante mais bem classificado ou do fornecedor convocado, desde que:
- (a) a solicitação seja devidamente justificada e apresentada dentro do prazo; e
  - (b) a justificativa apresentada seja aceita pela Contratante.
- 31.3 A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no sistema de registro de preços.
- 31.4 Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes na Seção VII - Especificações Técnicas, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.
- 31.5 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será, caso aplicável, divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP ou outro que venha a substituí-lo e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
- 31.6 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.
- 31.7 Na hipótese de o Licitante vencedor se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, decairá do direito à contratação, podendo a Administração convocar o Licitante classificado em segundo lugar e, assim, sucessivamente, na ordem de classificação, sem prejuízo

da aplicação das sanções previstas na IAL 30.1.

- 31.8 A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer entidade ou órgão da Administração Pública, que não tenha participado do certame, mediante prévia consulta ao Órgão Gerenciador.
- 31.9 Caberá ao Fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independente dos quantitativos registrados na Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações assumidas anteriormente.
- 31.10 As contratações adicionais eventualmente originadas conforme IAL 31 não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**32 Disposições  
Gerais**

- 32.1 Todos os horários estabelecidos no edital, nos avisos e durante a sessão pública observarão, para todos os efeitos, o horário de Brasília, Distrito Federal, inclusive para contagem de tempo e registro no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.
- 32.2 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, excluir-se-á o dia do início do prazo e incluir-se-á o do seu encerramento, encerrando-se os prazos somente em dias de expediente normais.
- 32.3 Esta Licitação poderá ser revogada por interesse do Contratante, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que os Licitantes tenham direito a qualquer indenização, ressalvado o direito do Contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.
- 32.4 O desatendimento de exigências formais não essenciais não

importará no afastamento do Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua Oferta durante a realização da sessão pública do Pregão Eletrônico.

- 32.5 As normas que disciplinam esta Licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse do Contratante, a finalidade e a segurança da contratação.
- 32.6 Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro indicado **na FDL**.

**Seção II. Folha de Dados da Licitação (FDL)**

As seguintes informações específicas sobre a Licitação deverão complementar, suplementar ou modificar as disposições presentes nas Instruções aos Licitantes (IAL) da Seção I. Sempre que ocorra conflito, as disposições aqui contidas prevalecem sobre aquelas.

IAL	Definições da FDL
1.1	<b>Contratante:</b> Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional - SECTI. <b>Pregoeiro(a):</b> Erick Moreira de Aguiar <b>Objeto:</b> Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos em geral, sob demanda, voltados à produção de materiais de comunicação, divulgação e materiais institucionais das ações do Programa ES+Inteligente.
1.2	Esta Licitação não objetiva o Registro de Preços do objeto descrito nas IAL 1.1.
2.1	<b>Acordo de Empréstimo Nº 9679 - BR</b> <b>Nome do Programa:</b> Programa de Apoio ao Fortalecimento da Gestão Pública - ESPÍRITO SANTO MAIS INTELIGENTE <b>Mutuário:</b> Estado do Espírito Santo
2.2	<b>Sistema Eletrônico:</b> Compras.gov.br Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento, 2023, do Banco Mundial.
5.2	As informações sobre as empresas e indivíduos sancionados são fornecidas no website do Banco ( <a href="http://www.worldbank.org/debarr">www.worldbank.org/debarr</a> )
6.1 (a)	Os Licitantes devem estar cadastrados no sistema <a href="http://www.gov.br/compras">www.gov.br/compras</a>
6.1 (b)	Os Licitantes devem estar registrados no SICAF, bem como no no ComprasGov. Para se registrarem os Licitantes devem seguir os manuais disponibilizados pelo Governo Federal, por meio do site:

	<a href="https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais">https://www.gov.br/compras/pt-br/acesso-a-informacao/manuais</a>
<b>8.1</b>	<p>Os esclarecimentos deverão ser solicitados até 02 (dois) dias úteis anteriores à data da abertura do certame, por meio de Sistema Eletrônico descrito na IAL 2.2.</p> <p><b>Data/horário limite:</b> às 18h00min do dia 02/02/2026</p> <p>Dados de contato para a solicitação de esclarecimentos: por meio do endereço de e-mail <a href="mailto:esinteligente.cec@secti.es.gov.br">esinteligente.cec@secti.es.gov.br</a>, e/ou por meio do sistema eletrônico.</p>
<b>9.3</b>	<p>As impugnações e os pedidos de esclarecimentos serão realizados por meio do endereço de e-mail <a href="mailto:esinteligente.cec@secti.es.gov.br">esinteligente.cec@secti.es.gov.br</a>, e/ou por meio do sistema eletrônico.</p> <p><b>Data/horário limite:</b> às 18h00min do dia 30/01/2026</p>
<b>11.1</b>	<p>O Licitante deverá preencher no sistema eletrônico indicado na IAL 2.2 os seguintes campos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) valor unitário e valor total do item;</li> <li>(b) Quantidade ofertada;</li> <li>(c) O Licitante deverá declarar, em campo próprio do Sistema Eletrônico, que: <ul style="list-style-type: none"> <li>i. Cumpre os requisitos de habilitação;</li> <li>ii. Sua oferta está em conformidade com as exigências deste Edital;</li> <li>iii. Inexiste qualquer fato impeditivo de sua participação nesta Licitação ou de sua contratação;</li> <li>iv. Conhece e aceita os regulamentos do Sistema Eletrônico;</li> <li>v. outras declarações exigidas pelo Sistema.</li> </ul> </li> </ul>
<b>13.1</b>	As Ofertas deverão permanecer válidas por 60 (sessenta) dias.
<b>14.1</b>	Não se Aplica.
<b>15.1</b>	<p>As Ofertas deverão ser enviadas através do Compras.Gov.Br até <b>às 09 horas do dia 04 de fevereiro de 2026.</b></p> <p>Esta Licitação será do tipo <b>menor preço por item.</b></p>



	Os lances deverão ser ofertados pelo valor do item.
<b>16.1</b>	A sessão pública se iniciará às 10 horas (horário local) do dia 04/02/2026.
<b>17.2</b>	<p>Os Lances serão ofertados de acordo com o seguinte modo de disputa:</p> <p><b>“aberto e fechado”</b></p> <p>17.2.1 <i>Os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado.</i></p> <p>17.2.2 <i>A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.</i></p> <p>17.2.3 <i>Encerrado o prazo previsto, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.</i></p> <p>17.2.4 <i>Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas na IAL 17.2.1, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.</i></p>
<b>17.5</b>	O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances será de R\$ 0,10.
<b>19.4</b>	<p>Havendo eventual empate entre ofertas ou lances, o critério de desempate será adotado na seguinte ordem</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova oferta em ato contínuo à classificação;</li> <li>(b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de ateste de cumprimento de obrigações previstos na Inciso II, art.60 da Lei 14.133/2021;</li> <li>(c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme Decreto Federal nº</li> </ul>

	<p>11.430/2023;</p> <p>(d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações do TCE do Estado do Espírito Santo.</p>
21.4	<p><u>Em caso de divergência entre as descrições dos itens constantes das Especificações Técnicas, previstas na Seção VI deste Edital, e aquelas registradas no sistema eletrônico, prevalecerão as disposições deste Edital.</u></p>
22.1	<p>Será exigida a apresentação de amostras físicas ou provas de impressão de todos os itens descritos na Especificação Técnica que compõem o contrato da empresa especializada, que evidenciem o padrão técnico e o acabamento dos produtos;</p> <p>22.1.1. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.</p> <p>22.1.2. Serão exigidas amostras <b>seguintes itens:</b></p> <p><b>Grupo 1 – Materiais Gráficos:</b></p> <p>a) Folder institucional;</p> <p>b) Panfleto institucional dobrado;</p> <p>c) Cartaz formato A2;</p> <p>d) Cartilha institucional grampeada;</p> <p>e) Agenda institucional não datada.</p> <p><b>Grupo 2 – Materiais Institucionais:</b></p> <p>a) Camisa institucional;</p> <p>b) Camisa polo institucional bordada;</p> <p>c) Ecobag institucional sustentável;</p> <p>d) Chaveiro metálico personalizado;</p> <p>e) Pendrive modelo cartão.</p> <p>22.1.3. As amostras deverão ser entregues no endereço: <b>Av. Fernando Ferrari, 1080 -</b></p>

	<p><b>Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380</b>, no prazo limite de 5 (cinco) dias úteis, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.</p> <p>22.1.4. É facultada a prorrogação do prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes do fim do prazo.</p> <p>22.1.5. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.</p> <p>22.1.6. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>a. As amostras deverão corresponder a produtos já produzidos para outros clientes, desde que sejam tecnicamente equivalentes aos itens especificados neste documento.</li><li>b. As amostras deverão reproduzir, necessariamente, os mesmos padrões técnicos, materiais, processos de impressão, qualidade de acabamento e características construtivas, independentemente da arte gráfica ou identidade visual utilizada. Tais amostras terão caráter demonstrativo e servirão para comprovar capacidade técnica, precisão produtiva, domínio de processo industrial e conformidade com as especificações mínimas descritas na Especificação Técnica.</li></ul> <p>22.1.7. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.</p> <p>22.1.8. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes nas Especificações Técnicas.</p> <p>22.1.9. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.</p> <p>22.1.10. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de 30 (trinta) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.</p> <p>22.1.11. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as</p>
--	---

	condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
<b>24.2</b>	<p>A habilitação dos licitantes será verificada, de acordo com os documentos a seguir abrangidos:</p> <p>(a) <i>Habilitação jurídica:</i></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(i) <b>Empresário individual:</b> inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;</li> <li>(ii) <b>Microempreendedor Individual - MEI:</b> Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <a href="https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor">https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor</a>;</li> <li>(iii) <b>Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:</b> inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;</li> <li>(iv) <b>Sociedade empresária estrangeira em funcionamento no país:</b> portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;</li> <li>(v) <b>Sociedade simples:</b> inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;</li> <li>(vi) <b>Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:</b> inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;</li> </ul> <p>Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as</p>

alterações ou da consolidação respectiva.

**(b) Qualificação Técnica:**

- (i) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de 2 (duas) certidões ou 2 (dois) atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas exigidas:

- que comprovem fornecimentos compatíveis em porte, complexidade e qualidade com os serviços ora contratados;
- procedimentos internos de controle de qualidade, rastreabilidade de materiais e revisão técnica antes da entrega final

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, e deverão estar datados e assinados.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pelo Contratante Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**(c) Habilitação fiscal, social e trabalhista:**

- (i) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- (ii) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles

	<p>relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.</p> <p>(iii) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);</p> <p>(iv) Os Licitantes deverão também apresentar declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;</p> <p>(v) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;</p> <p>(vi) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;</p> <p>(vii) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.</li> <li>2. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.</li> </ol> <p><b>(d) Qualificação Econômico-Financeira:</b></p> <p>(i) certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do</p>
--	--

	<p>domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;</p> <p>(ii) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;</p> <p>(iii) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;</li> <li>2. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.</li> </ol> <p>Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor da oferta.</p> <p>O atendimento dos índices econômicos previstos no inciso (iii) deverão ser atestados mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.</p> <p>As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da qualificação econômico-financeira e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.</p> <p>24.2.1 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.</p> <p>24.2.1.1 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente,</p>
--	---

	<p><i>forem emitidos somente em nome da matriz.</i></p> <p>24.2.1.2 <i>Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.]</i></p>
<b>24.4</b>	O Licitante, que não opere no país do Contratante, <b>deverá</b> comprovar que é ou será (se lhe for adjudicado o contrato) representado, no país do contratante, por um agente autorizado e capaz de realizar a manutenção, reparação e fornecer peças de reposição, conforme as obrigações do Contratado previstas nas Condições do Contrato e/ou Especificações Técnicas.
<b>24.5</b>	O Licitante <b>deverá</b> apresentar autorização do Fabricante ou Produtor dos Bens demonstrando que está devidamente autorizado para fornecer esses Bens no país do Contratante, se for o caso.
<b>25.1</b>	Considerando que o objeto do pregão consiste na aquisição de materiais gráficos e institucionais — itens de fornecimento comum, de baixa complexidade técnica e plenamente atendidos por empresas individualmente constituídas — <b>não será admitida a participação de consórcios.</b>
<b>28.3.2</b>	<p>28.3.2.1. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para assinar o contrato ou receber o instrumento equivalente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis.</p> <p>28.3.2.2. Considerando a adoção do processo eletrônico E-Docs, a assinatura será realizada mediante usuário e senha (assinatura eletrônica) no Acesso Cidadão (<a href="https://acessocidadao.es.gov.br/">https://acessocidadao.es.gov.br/</a>) ou através de certificado digital, conforme acordado entre as partes.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a. Não poderão ser utilizadas formas diferentes de assinatura em um mesmo documento.</li> <li>b. No caso de assinatura eletrônica, as partes deverão providenciar uma conta verificada no Acesso Cidadão, conforme instruções contidas no endereço: <a href="https://compras.es.gov.br/conta-verificada">https://compras.es.gov.br/conta-verificada</a>.</li> </ul> <p>28.3.2.3. A Administração poderá prorrogar o prazo fixado no item anterior, por igual período, quando solicitado pelo licitante vencedor, durante o seu transcurso,</p>



	e desde que ocorra motivo justificado, aceito pelo ente promotor do certame.
<b>29.1</b>	<p><u>Nesta licitação será exigida a Garantia de Execução.</u></p> <p>A Garantia de Execução deverá ser equivalente a 30% em caso de seguro-garantia e até 10% nas demais modalidades do valor do contrato adjudicado, podendo o Contratado optar:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;</li> <li>(b) seguro-garantia;</li> <li>(c) fiança bancária ou título de capitalização.</li> </ul> <p>29.1.1 Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.</p> <p>29.1.1.1 A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.</p> <p>29.1.1.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.</p> <p>29.1.1.5 Ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022 ou outra que venha a substituí-la.</p> <p>29.1.1.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.</p> <p>29.1.1.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.</p>

	<p>29.1.2 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.</p> <p>29.1.3 Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica a ser indicada pelo Contratante, com correção monetária.</p> <p>29.1.4 Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.</p> <p>29.1.5 No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.</p> <p>29.1.6 Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.</p> <p>29.1.6.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).</p> <p>29.1.7 A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:</p> <p>(a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas; e</p>
--	---

	<p>(b) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração ao Contratado.</p> <p>29.1.8 No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.</p> <p>29.1.9 Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.</p> <p>29.1.10 A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.</p> <p>29.1.11 Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.</p> <p>29.1.12 O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.</p> <p>29.1.13 O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.</p> <p>29.1.14 A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Edital.</p>
<b>30.1</b>	<p>A Administração poderá aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:</p> <p>(a) advertência;</p> <p>(b) multa;</p> <p>(c) impedimento de licitar e contratar e</p> <p>(d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto</p>

	<p>perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.</p> <p>30.1.1 Na aplicação das sanções serão considerados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>(a) a natureza e a gravidade da infração cometida;</li> <li>(b) as peculiaridades do caso concreto;</li> <li>(c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;</li> <li>(d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;</li> <li>(e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.</li> </ul> <p>30.1.1.1 Para as infrações previstas nas alíneas (a), (b), (c) e (d) da IAL 30.1, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.</p> <p>30.1.1.2 Para as infrações previstas nas alíneas (e) e (f) da IAL 30.1, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.</p> <p>30.1.2 A multa será recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.</p> <p>30.1.2 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.</p>
<b>31.1</b>	Depois de convocado, o Licitante deverá assinar o Contrato em até 10 dias úteis, contados a partir da homologação da Licitação.
<b>32.6</b>	Fica eleito o foro de Vitória, Comarca da capital do Estado do Espírito Santo, para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação e não resolvidas na esfera Administrativa.

### Seção III. Termo de Contrato

#### Projeto P180462 Acordo de Empréstimo BIRD 9679 - BR

Contrato Nº **XXXXXXX**

**Título do serviço:** Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos em geral, sob demanda, voltados à produção de materiais de comunicação, divulgação e materiais institucionais das ações do Programa ES+Inteligente.

entre

Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI)

e

---

**[Nome do Consultor]**

Este CONTRATO é firmado aos [inserir: **dias**] dias do mês [inserir: **mês**] do ano [inserir: **ano**]

ENTRE

(1) *Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional, órgão da Administração Direta do Poder Executivo, sediada na Av. Fernando Ferrari, 1080 - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380, inscrita no CNPJ sob o nº 06.656.711/0001-03, doravante designada SECTI, neste ato representada pelo seu Subsecretário de Estado, Sr. Matheus Oggioni Lima Benincá, Número Funcional 3301478, nomeado em por meio do Decreto nº 1711-S, de 26/08/2024 (doravante denominado "Contratante")*

e

(2) *[inserir nome do Contratado, [CNPJ ], uma empresa constituída sob as leis de [inserir: país do Fornecedor], neste ato representado por [cargo, nome completo, RG e CPF] e tenha a sua sede principal em [inserir: endereço do Fornecedor] (doravante denominado "Fornecedor").*

CONSIDERANDO que o Contratante solicitou oferta para determinados bens e serviços comuns, a saber, *Materiais gráficos em geral voltados à produção de materiais de comunicação, divulgação e materiais institucionais, no PE nº 90001/2026, do Processo nº 2025-570QJ e aceitou uma oferta do Contratado para o fornecimento desses bens e serviços no montante de [Valor do Contrato inserir por extenso e os valores, expressos em moeda do Contrato (s)] doravante denominado "Valor do Contrato".*

DE ACORDO COM AS SEGUINTE CLÁUSULAS:

1. Neste Contrato as palavras e expressões terão os mesmos significados a elas atribuídos no Edital de Pregão Eletrônico nº 90001/2026 e nas Condições Gerais do Contrato.
2. Os documentos que constituem o Contrato entre o Contratante e Contratado devem ser lidos e interpretados como parte integrante deste instrumento:

(a) Termo de Contrato

(b) Oferta do Contratado,

### Seção III. Termo de Contrato

46

(c) Condições Especiais do Contrato

(d) Condições Gerais do Contrato

(e) Descrição dos Bens e Serviços Correlatos

(f) *[acrescentar aqui qualquer outro documento (s) (p.ex: planilhas, garantias, etc)]*

3. Este Contrato prevalece sobre todos os outros documentos contratuais. Em caso de divergência ou incoerência entre os documentos do Contrato, os documentos devem prevalecer na ordem listada acima.

4. Pelos pagamentos a serem feitos pelo Contratante ao Contratado, o Contratado se compromete, por este instrumento e perante o Contratante, a fornecer os Bens e Serviços e corrigir defeitos em total conformidade, sob todos os aspectos, com as provisões do Contrato.

5. O Contratante se compromete, por este instrumento, a pagar ao Contratado, pelo fornecimento dos Bens e Serviços, o valor contratado ou outro montante que for devido conforme acordado no Contrato, nos prazos e forma ajustados, correndo as respectivas despesas à conta de *[indicar dotações e fontes orçamentárias]*.

Por estarem as partes de acordo, justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em *[indicar o número de vias que o contrato será impresso]* de igual teor e forma que, depois de lido e assinado, produza todos os efeitos de direito, na presença das testemunhas abaixo identificadas e assinadas, em conformidade com a legislação no dia, mês e ano acima indicados.

---

Pelo Contratante

---

Pelo Contratado

Na presença de *[indicar testemunhas]*

---

Pelo Contratante

*[inserir nome completo e RG]*

---

Pelo Contratado

*[inserir nome completo e RG]*

## Seção IV. Condições Gerais do Contrato (CGC)

### CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

- 1. Definições**
1. As palavras e expressões a seguir terão o significado aqui atribuído a elas:
- (a) “**Banco**” significa o Banco Mundial e se refere ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) ou a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID).
  - (b) “**Contrato**” significa o Contrato celebrado entre o Contratante e o Fornecedor, juntamente com os Documentos Contratuais aos quais faça menção, a saber, todos os anexos, apêndices e demais documentos incorporados por referência.
  - (c) “**Documentos Contratuais**” significam os documentos referentes ao Contrato, incluindo eventuais alterações.
  - (d) “**Preço do Contrato**” significa o preço a ser pago ao Contratado conforme especificado no Contrato, sujeito aos acréscimos, ajustes ou deduções previstos no Contrato.
  - (e) “**Dia**” significa um dia corrido.
  - (f) “**Conclusão**” significa a conclusão, pelo Contratado, dos Serviços Correlatos, de acordo com as cláusulas e condições estabelecidas no Contrato.
  - (g) A sigla “**CGC**” significa as Condições Gerais do Contrato.
  - (h) “**Bens**” designa todas as mercadorias, matérias-primas, maquinário, equipamentos e/ou demais materiais que o Contratado se obriga a entregar ao Contratante, conforme estipulado no Contrato.
  - (i) “**Contratante**” significa a pessoa jurídica que adquire os Bens e Serviços Correlatos, conforme especificado **nas CEC**.



- (j) “**Serviços Correlatos**” significa os serviços acessórios ao fornecimento dos Bens, tais como contratação de seguro, instalação, treinamento, manutenção inicial e outras obrigações do Contratado consoante o Contrato.
- (k) A sigla “**CEC**” significa as Condições Especiais do Contrato.
- (l) “**Subcontratado**” significa toda pessoa física, pessoa jurídica da esfera privada ou pública, ou uma combinação destas, subcontratada pelo Contratado para fornecer qualquer parte dos Bens ou executar qualquer parte dos Serviços Correlatos.
- (m) “**Contratado**” significa a pessoa física, pessoa jurídica da esfera privada ou pública, ou uma combinação destas, cuja Oferta referente à execução do Contrato tenha sido aceita pelo Contratante e que assim seja designada no Contrato.
- (n) A expressão “**Local do Projeto**”, quando aplicável, significa o local designado **nas CEC**.
- (o) O termo **EAS/ASE**, quando usado no Contrato, terá o seguinte significado:

“**Exploração e Abuso Sexual**” “**(EAS)**” significa o seguinte:

- Exploração Sexual é definida como qualquer abuso real ou tentado de posição de vulnerabilidade, diferença de poder ou confiança, para fins sexuais, inclusive, entre outros, o lucro monetário, social ou político da exploração sexual de outra pessoa.
- Abuso Sexual é definido como a intrusão física real ou ameaçada de natureza sexual, seja pela força ou em condições desiguais ou coercitivas.

“**Assédio Sexual**” “**(ASE)**” é definido como investidas sexuais indesejadas, pedidos de favores sexuais e outras condutas verbais ou físicas de natureza sexual por parte

da Equipe do Fornecedor e direcionados a outros membros da Equipe do Fornecedor ou do Comprador.

- 2. Documentos contratuais**
- 2.1 Conforme a ordem de precedência estipulada no Contrato, todos os documentos que compõem o Contrato (e todas as respectivas partes) serão considerados correlatos, complementares e mutuamente explicativos. O Contrato deverá ser lido como um todo.
- 3. Fraude e Corrupção**
- 3.1 As Diretrizes de Combate à Corrupção do Banco e as políticas e procedimentos vigentes do Sistema de Sanções do Grupo Banco Mundial são de cumprimento obrigatório, conforme disposto no Apêndice 1 das CGC.
- 3.2 O Contratante exige que o Contratado informe todas as comissões ou honorários que possam ter sido pagos ou que devam ser pagos a agentes ou a qualquer outra parte com relação ao processo licitatório ou execução do Contrato. As informações divulgadas deverão incluir, no mínimo, o nome e o endereço do agente ou outra parte, o valor e a moeda e a finalidade da comissão, gratificação ou honorário.
- 4. Idioma**
- 4.1 O Contrato, assim como todas as correspondências e os documentos trocados pelo Contratante e Contratado relacionados ao Contrato, deverão ser redigidos no idioma especificado **nas CEC**. Os documentos de apoio e bibliografia impressa que fazem parte do Contrato poderão estar em outro idioma, desde que acompanhados de uma tradução fiel dos trechos relevantes para o idioma especificado, tradução esta que prevalecerá em relação ao outro idioma para fins de interpretação do Contrato.
- 4.2 O Contratado arcará com todos os custos da tradução para o idioma oficial e arcará com todos os riscos relativos à exatidão de tal tradução no que se refere aos documentos por ele apresentados.

- 5. Joint Venture, consórcio ou associação**
- 5.1 Se o Contratado for uma Joint Venture, consórcio ou associação, todas as Partes terão responsabilidade solidária perante o Contratante pelo cumprimento das disposições do Contrato, e designarão uma Parte para atuar como Parte responsável com autoridade para obrigar a Joint Venture, consórcio ou associação. A composição ou a constituição da Joint Venture, consórcio ou associação não deverá ser alterada sem o consentimento prévio do Contratante.
- 6. Elegibilidade**
- 6.1 O Contratado e seus Subcontratados devem ter a nacionalidade de um país elegível pelo Banco. Um Contratado ou subcontratado deve ser considerado como tendo a nacionalidade de um país, se for um cidadão constituído, reconhecido ou registrado, em conformidade com as disposições legais desse país.
- 6.2 Todos os Bens e Serviços Correlatos a serem fornecidos no âmbito do Contrato e financiados pelo Banco devem ter sua origem em países elegíveis. Para os fins desta Cláusula, "origem" refere-se ao país onde as mercadorias foram produzidas, extraídas, cultivadas, fabricadas ou transformadas, mediante beneficiamento, montagem, ou outro processo de resultado reconhecido pelo Contratante ou pelo Banco, que não difere substancialmente as características básicas de seus componentes.
- 7. Avisos**
- 7.1 Qualquer aviso dado por uma Parte à outra nos termos do Contrato deverá ser feito por escrito, dirigido ao endereço especificado **nas CEC**. O termo "por escrito" significa comunicado por escrito com comprovante de recebimento.
- 7.2 O aviso entrará em vigor quando da sua entrega ou na data designada, o que ocorrer por último.
- 8. Legislação Aplicável**
- 8.1 O Contrato será regido e interpretado de acordo com as leis do País do Contratante, salvo especificação em contrário **nas CEC**.

**9. Solução de  
controvérsias**

9.1 O Contratante e o Contratado deverão empreender todos os esforços para resolver amigavelmente, por meio de negociações informais diretas, qualquer divergência ou controvérsia que surja entre eles relacionadas ao Contrato.

9.2 Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca especificada nos **CEC**.

**10. Inspeções e  
auditoria pelo  
Banco**

10.1 O Contratado manterá, e envidará todos os esforços razoáveis para fazer com que seus Subcontratados ou subconsultores mantenham contas e registros precisos e sistemáticos relativos aos Bens, na forma e com os detalhes que identifiquem claramente as variações de carga de trabalho e de custos.

10.2 De acordo com o parágrafo 2.2 (e) do Apêndice às Condições Gerais, o Contratado deverá permitir e assegurar que seus agentes (declarados ou não), subcontratados, subconsultores, prestadores de serviço, fornecedores e seu pessoal permitam, ao Banco e/ou pessoas por ele designadas, inspecionar o local dos serviços e/ou os documentos e registros contábeis, demonstrações e outros documentos relativos ao processo de licitação, seleção e/ou execução do Contrato, e providenciar para que sejam verificados por auditores designados pelo Banco. O Contratado, seus subcontratados e subconsultores deverão atentar para a CGC 3.1, que estabelece, entre outros, que os atos destinados a obstruir o exercício dos direitos de inspeção e auditoria do Banco constituem prática proibida sujeita a extinção contratual (assim como determinação da inelegibilidade, de acordo com os procedimentos de sanções vigentes do Banco).

**11. Escopo de  
fornecimento**

11.1 Os Bens e Serviços Correlatos a serem fornecidos serão conformes aos previstos nas Especificações Técnicas - Descrição dos Bens e Serviços Correlatos.

- 12. Entrega de Bens, Serviços e Documentos**
- 12.1 A entrega dos Bens e Serviços Correlatos deve estar em conformidade com os prazos indicado **nas CEC**.
- 12.2 Os Bens e/ou Serviços Correlatos deste Contrato deverão ser entregues no(s) local(is) e/ou Destino(s) Final(is) especificados **nas CEC**.
- 13. Responsabilidades do Contratado**
- 13.1 O Contratado deverá fornecer todos os Bens e Serviços Correlatos previstos no Escopo de Fornecimento, de acordo com a CGC 11, e o os prazos de entrega de bens e serviços, de acordo com a CGC 12.
- 13.2 O Contratado, inclusive seus Subcontratados, não empregará ou mobilizará trabalhadores forçados ou pessoas vítimas de tráfico, conforme definido abaixo:
- (a) Trabalho forçado é qualquer trabalho ou serviço não realizado voluntariamente que é exigido de uma pessoa sob ameaça de força ou penalidade, e inclui qualquer tipo de trabalho involuntário ou compulsório, como contrato de servidão, trabalho por dívida ou arranjos semelhantes de contratação de trabalho.
- (b) O tráfico de pessoas é definido como o recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas por meio da ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, abdução, fraude, engano, abuso de poder ou situação de vulnerabilidade ou, ainda, da oferta ou recebimento de pagamentos ou vantagens para obter o consentimento de uma pessoa que tenha controle sobre outra pessoa, para fins de exploração.
- 13.3 O Contratado, inclusive seus Subcontratados, não deverá empregar ou mobilizar menores de 14 anos, a menos que a legislação nacional especifique uma idade maior (a idade mínima).
- 13.4 O Contratado, inclusive seus Subcontratados, não deverá empregar ou mobilizar menores entre a idade mínima e os 18 anos de maneira que possa ser perigosa ou interferir em

sua educação ou ser prejudicial à sua saúde ou desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

- 13.5 O trabalho considerado perigoso para menores é aquele que, por sua natureza ou pelas circunstâncias em que é realizado, pode colocar em risco a saúde, a segurança ou a moral dos menores. Essas atividades proibidas para menores incluem o trabalho:

- (a) trabalho com exposição a abuso físico, psicológico ou sexual;
- (b) trabalho subterrâneo, subaquático, em alturas ou em espaços confinados;
- (c) trabalho com máquinas, equipamentos ou ferramentas perigosas, ou que envolva o manuseio ou transporte de cargas pesadas;
- (d) em ambientes insalubres que exponham os menores a substâncias, agentes ou processos perigosos, ou a temperaturas, ruídos ou vibrações prejudiciais à saúde; ou
- (e) trabalho em condições difíceis, como trabalho com jornada prolongada, trabalho noturno ou em confinamento nas dependências do empregador.

- 13.6 O Contratado deverá cumprir e exigir que seus Subcontratados, se houver, cumpram todos os regulamentos, leis, diretrizes e quaisquer outros requisitos de saúde e segurança aplicáveis indicados nas Especificações Técnicas.

- 13.7 De acordo com **as CEC**, o Contratado, incluindo seus Subcontratados/Fornecedores/fabricantes, deverá tomar todas as providências técnicas e organizacionais necessárias para proteger os sistemas de tecnologia da informação e dados usados em razão do Contrato. Sem limitações ao acima exposto, o Contratado, incluindo seus Subcontratados/Fornecedores/ fabricantes, deverá enviar

todos os esforços possíveis para estabelecer, manter, implantar e cumprir controles, políticas e procedimentos razoáveis de tecnologia da informação, segurança da informação, segurança cibernética e proteção de dados, incluindo a supervisão, controles de acesso, criptografia, salvaguardas tecnológicas e físicas e planos de continuidade de negócios/recuperação de desastres e segurança que visem proteger e prevenir a violação, destruição, perda, distribuição não autorizada, uso, acesso, desativação, apropriação indébita ou modificação ou, ainda, outro comprometimento ou uso indevido de/relativo a qualquer sistema de tecnologia da informação ou dados usados em função do Contrato.

- 13.8 O Contratado deverá cumprir as obrigações adicionais especificadas **nas CEC**.

#### 14. Preço do Contrato

- 14.1 Os preços cobrados pelo Contratado pelos Bens fornecidos e os Serviços Correlatos, realizados no âmbito do Contrato, não deverão divergir dos preços cotados pelo Contratado em sua Oferta, salvo reajustes de preços autorizados **nas CEC**.

#### 15. Termos de pagamento

- 15.1 O Preço do Contrato, incluindo adiantamentos, se aplicável, deverá ser pago conforme especificado **nas CEC**.
- 15.2 A solicitação de pagamento do Contratado deverá ser feita ao Contratante por escrito, acompanhada de faturas que descrevam, conforme o caso, os bens entregues e serviços correlatos executados, e de documentos apresentados conforme a solicitados **nas CEC**, mediante o cumprimento de todas as outras obrigações estipuladas no Contrato.
- 15.3 Os pagamentos deverão ser feitos prontamente pelo Contratante, porém em hipótese alguma poderão ultrapassar o prazo de 60 (sessenta) dias após a apresentação de uma fatura ou solicitação de pagamento

pelo Contratado, e depois de sua aceitação pelo Contratante.

- 15.4 Se o Contratante deixar de fazer ao Contratado qualquer pagamento até a sua data de vencimento ou dentro do prazo estabelecido **nas CEC**, o Contratante deverá pagar ao Contratado juros sobre o valor do pagamento em atraso à taxa indicada **nas CEC**, pelo período de atraso, até que o pagamento seja quitado integralmente, antes ou depois da decisão ou adjudicação da arbitragem.

**16. Impostos e encargos**

- 16.1 O Contratado ficará inteiramente responsável por todos os impostos, encargos, taxas de licença, e outros tributos cobrados dentro e fora do País do Contratante.
- 16.2 O Contratante deverá empreender todos os esforços para permitir que o Contratado se beneficie de qualquer economia com tributos, na máxima medida possível, em caso de eventuais isenções, reduções, abatimentos ou privilégios fiscais disponíveis para o Contratado no País do Contratante.

**17. Garantia de Execução**

- 17.1 Quando determinado **pelos CEC**, o Contratado deverá apresentar uma Garantia de Execução referente ao cumprimento das obrigações do Contrato no valor e condições especificadas **nas CEC**.

**18. Direitos autorais**

- 18.1 Ao Contratante será assegurado, nos termos deste Contrato, o direito adquirido sobre todos os desenhos, documentos e outros materiais que contenham dados e informações fornecidos pelo Contratado, ou, se tais materiais forem fornecidos ao Contratante por qualquer terceiro, incluindo fornecedores de materiais, diretamente ou por meio do Contratado, os direitos autorais de tais materiais permanecerão em posse do terceiro.

**19. Informações confidenciais**

- 19.1 Os Contratantes deverão manter a confidencialidade e não deverão divulgar a terceiros, sem o consentimento por



escrito da outra Parte, quaisquer documentos, dados ou outras informações relacionados ao Contrato fornecidas, direta ou indiretamente, pela outra Parte, independentemente de essas informações terem sido fornecidas antes, durante ou após a conclusão ou extinção do Contrato. Sem prejuízo do disposto acima, o Contratado poderá fornecer ao subcontratado documentos, dados e outras informações que receber do Contratante na medida necessária para que o subcontratado execute seu trabalho em cumprimento ao Contrato, caso em que o Contratado deverá obter de tal subcontratado um compromisso de confidencialidade semelhante à imposta ao Contratado nos termos das CGC 19.

- 19.2 O Contratante não deverá usar tais documentos, dados e outras informações recebidas do Fornecedor para quaisquer fins não relacionados ao Contrato. Da mesma forma, o Fornecedor não deverá usar tais documentos, dados e outras informações recebidas do Contratante para qualquer finalidade que não seja a execução do Contrato.
- 19.3 No entanto, a obrigação de uma Parte, nos termos das CGC 19.1 e CGC 19.2 acima, não se aplicará às informações que:
- (a) o Contratante ou o Fornecedor precisar compartilhar com o Banco ou outras instituições participantes do financiamento do Contrato;
  - (b) entrarem, neste momento ou posteriormente, no domínio público sem culpa das Partes;
  - (c) estivessem, comprovadamente, em posse daquela Parte no momento da divulgação e não forem previamente obtidas, direta ou indiretamente, da outra Parte; ou

(d) se tornaram disponíveis legalmente para essa Parte por meio de um terceiro que não tem a obrigação de confidencialidade.

19.4 As disposições das CGC 19 não deverão modificar, em hipótese alguma, qualquer compromisso de confidencialidade assumido por qualquer uma das Partes até a data do Contrato em relação ao Fornecimento no todo ou em parte.

19.5 As disposições das CGC 19 deverão permanecer vigentes após a conclusão ou extinção do Contrato, independentemente do motivo.

## 20. Subcontratação

20.1 O Contratado deverá notificar o Contratante, por escrito, de todos os subcontratos adjudicados no âmbito do Contrato, caso ainda não tenham sido especificados na Oferta. A notificação pelo Contratado referente à inclusão de algum subcontratado não nomeado no Contrato deverá incluir também a declaração do subcontratado consoante o Apêndice 2 – Declaração sobre Exploração e Abuso Sexual (EAS) e/ou Assédio Sexual (ASE). Essa notificação, na Oferta original ou posterior, não eximirá o Contratado de qualquer obrigação, dever ou responsabilidade comum ou responsabilidade legal, prevista no Contrato.

20.2 Os subcontratos deverão cumprir as disposições das CGC 3 e CGC 6.

## 21. Especificações e normas

21.1 Especificações Técnicas e Desenhos

(a) Os Bens e Serviços Correlatos fornecidos no âmbito deste Contrato deverão estar em conformidade com as especificações técnicas e normas mencionadas na Descrição dos Bens e Serviços Correlatos, quando nenhuma norma aplicável for mencionada, será aplicada aquelas equivalentes ou superiores às

normas oficiais cuja aplicação é apropriada para o país de origem dos Bens.

- (b) Ao Contratado será facultado eximir-se da responsabilidade por qualquer projeto, dado, desenho, especificação ou outro documento, ou qualquer alteração feita ou projetada por ou em nome do Contratante, por meio de um aviso dessa isenção ao Contratado.
- (c) Sempre que o Contrato mencionar códigos e normas, de acordo com os quais ele será firmado, a versão editada ou revista de tais códigos e normas será aquela especificada na Planilha de Requisitos. Durante a execução do Contrato, quaisquer alterações em tais códigos e normas serão aplicadas somente após a aprovação pelo Contratante, e serão tratadas de acordo com as CGC 32.

## 22. Embalagem e documentos

- 22.1 O Contratante deverá providenciar a embalagem dos Bens, quando obrigatório, para evitar danos ou deterioração durante o transporte até o seu destino final, conforme indicado no Contrato. Durante o transporte, a embalagem deverá ser suficiente para suportar, sem limitação, o manuseio pesado e exposição a temperaturas extremas, maresia e precipitação e armazenamento em local aberto. O tamanho e o peso das caixas para embalagem levarão em consideração, quando apropriado, a distância do destino final e a ausência de facilidade de manuseio pesado em todos os pontos do trajeto.
- 22.2 A embalagem, marcação e documentação dentro e fora dos pacotes deverão obedecer rigorosamente aos requisitos especiais previstos de forma expressa no Contrato, inclusive requisitos adicionais, se houver, especificados **nas CEC** e em quaisquer outras instruções solicitadas pelo Contratante.

- 23. Seguro** 23.1 Salvo disposição em contrário **nas CEC**, os Bens fornecidos de acordo com o Contrato deverão ser totalmente segurados, em valores expressos em moeda livremente conversível de um país elegível, englobando as perdas ou danos ocorridos durante a fabricação, aquisição, transporte, armazenamento e entrega, ou na forma especificada **nas CEC**.
- 24. Transporte e serviços incidentais** 24.1 Salvo especificação em contrário **nas CEC**, a responsabilidade de transporte de qualquer natureza, materiais empregados, inclusive ferramentas, utensílios e equipamentos utilizados direta ou indiretamente na execução do Contrato, correrão por conta da Contratada.
- 24.2 Salvo disposição em contrário **nas CEC**, o transporte dos Bens até o(s) local(is) projeto e/ou destino(s) final(is), especificado(s) nas CGC 12.2, incluindo operação de carga e descarga, deverá ser providenciado e pago pelo Contratado.
- 25. Inspeções e testes** 25.1 O Contratado deverá, às suas próprias custas e sem custo algum para o Contratante, realizar as inspeções e testes conforme especificado **nas CEC**. Se as inspeções e testes forem realizadas nas dependências do Contratado ou de seu subcontratado, o acesso a todas as instalações e assistência disponíveis, incluindo acesso a desenhos e dados de produção, deverá ser assegurado aos inspetores sem custo para o Contratante.
- 25.2 O Contratante, ou seu representante designado, terá o direito de participar dos testes e/ou inspeções mencionados na CGC 25.1, desde que o Contratante arque com todos os próprios custos e despesas decorrentes de tal atendimento, incluindo, entre outros, todas as despesas de viagem, alimentação e hospedagem.

**26. Penalidades e Multas Aplicáveis**

26.1 Com exceção dos casos previstos na CGC 31, se o Contratado deixar de entregar parte ou a totalidade dos Bens até a(s) data(s) de entrega ou deixar de executar os Serviços Correlatos dentro do período especificado no Contrato, o Contratante poderá, sem prejuízo de todos os outros recursos previstos no Contrato, deduzir do Preço do Contrato, a título de indenizações apuradas, um valor equivalente à porcentagem especificada **nas CEC** do preço dos Bens entregues em atraso ou Serviços não executados para cada semana ou fração de atraso, até a entrega ou execução efetiva, levando em consideração o valor da dedução máxima da porcentagem especificada **nas CEC**. O Contratante poderá extinguir o Contrato fazendo-se valer da CGC 34 uma vez que o máximo seja atingido.

**27. Garantia dos Bens e Serviços**

27.1 O Contratado garante que todos os Bens são novos, não remanufaturados e dos modelos mais recentes ou atuais, e que incorporam todos os últimos aprimoramentos em termos de projeto e materiais, salvo disposição em contrário no Contrato.

27.2 Nos termos da CGC 21.1 (b), o Contratado garante, ainda, que os Bens estarão livres de defeitos decorrentes de qualquer ato ou omissão do Contratado ou decorrentes de projeto, materiais e técnica, segundo o uso normal de acordo com as condições vigentes no país de destino final.

27.3 Salvo especificação em contrário **nas CEC**, a garantia deverá permanecer válida por 12 (doze) meses após a entrega ou aceitação dos Bens e serviços corretos.

**28. Indenização de patente**

28.1 O Contratado deverá, desde que a conduta do Contratante esteja em conformidade com a CGC 28.2, indenizar e isentar o Contratante e seus funcionários e diretores de/contra todos e quaisquer processos, ações ou processos administrativos, reivindicações, demandas, perdas, danos, custos e despesas de qualquer natureza,

incluindo honorários advocatícios e custas judiciais, que o Contratante venha a sofrer como resultado de uma infração ou suposta infração de qualquer patente, modelo de utilidade, projeto registrado, marca registrada, direitos autorais ou outro direito de propriedade intelectual registrado ou existente na data do Contrato em razão do seguinte:

- (a) instalação dos Bens pelo Fornecedor ou uso dos Bens no país do Local do Projeto; e
- (b) a venda, em qualquer país, dos produtos decorrentes dos Bens.

Essa indenização não deverá cobrir qualquer uso dos Bens, no todo ou em parte, que não seja para a finalidade indicada no Contrato ou justificadamente inferida deste, nem qualquer infração resultante do uso dos Bens, no todo ou em parte, ou quaisquer produtos assim confeccionados em associação ou combinação com qualquer outro equipamento, instalação ou materiais não fornecidos pelo Fornecedor conforme o Contrato.

- 28.2 Em caso de processo ou reivindicação contra o Contratante, referente aos assuntos de que trata a CGC 28.1, o Contratante deverá imediatamente dar um aviso ao Contratado que, por sua vez, poderá, às suas próprias custas e em nome do Contratante, conduzir o processo, reivindicação ou negociações para solucioná-los.
- 28.3 Se o Contratado deixar de notificar o Contratante no prazo de 28 (vinte e oito) dias a contar do recebimento desse aviso de que pretende conduzir o processo ou a reivindicação registrada, o Contratante estará livre para proceder da mesma maneira em seu próprio nome.
- 28.4 O Contratante deverá, a pedido do Contratado, prestar toda a assistência disponível ao Fornecedor na condução de tal processo ou reivindicação, e deverá ser

reembolsado pelo Contratado por todas as despesas justas incorridas.

- 28.5 O Contratante deverá indenizar e isentar o Contratado e seus funcionários, diretores e subcontratados de/contratados e quaisquer processos, ações ou processos administrativos, reivindicações, demandas, perdas, danos, custos e despesas de qualquer natureza, incluindo honorários advocatícios e custas judiciais, que o Contratado venha a sofrer como resultado de uma infração ou suposta infração de qualquer patente, modelo de utilidade, projeto registrado, marca registrada, direitos autorais ou outro direito de propriedade intelectual registrado ou existente na data do Contrato decorrentes ou em função de projeto, dados, desenhos, especificações ou outros documentos ou materiais fornecidos ou projetados pelo Contratante ou em seu nome.

**29. Limitação de  
responsabilidade  
legal**

- 29.1 Com exceção dos casos de negligência criminosa ou má conduta intencional,
- (a) o Contratado não será responsável perante o Contratante, seja por força do Contrato, ato ilícito ou de outra forma, por qualquer perda ou dano indireto ou consequente, perda de uso, perda de produção ou lucros cessantes ou juros, desde que essa exclusão não se aplique a qualquer obrigação do Contratado de pagar uma indenização ao Contratante, e
  - (c) a responsabilidade legal agregada do Contratado perante o Contratante, seja no âmbito do Contrato, em ato ilícito ou de outra forma, não excederá o Preço Total do Contrato, desde que essa limitação não se aplique ao custo de reparo ou substituição de equipamento defeituoso ou qualquer obrigação do fornecedor de indenizar o Contratante em relação à infração de patente.

**30. Alterações nas leis  
e regulamentos**

30.1 Salvo especificação em contrário no Contrato, se, decorridos 28 (vinte e oito) dias antes da data de apresentação da Oferta, qualquer lei, regulamento, portaria, ordem ou estatuto com força de lei for decretada, promulgada, revogada ou alterada no local do País do Contratante onde o Local do Projeto está localizado (considerando-se que inclui qualquer mudança na interpretação ou aplicação pelas autoridades competentes) e que subsequentemente afetar a Data de Entrega e/ou o Preço do Contrato, a referida Data de Entrega e/ou Preço do Contrato será aumentada ou diminuída de forma correspondente, na medida em que o Fornecedor tenha sido afetado no cumprimento de quaisquer de suas obrigações previstas no Contrato. Sem prejuízo do disposto acima, o referido custo adicional ou reduzido não deverá ser pago ou creditado separadamente se já tiver sido contabilizado nas disposições de ajuste de preço, quando aplicável, de acordo com a CGC 14.

**31. Força maior**

31.1 O Contratado não será responsável pela perda de sua Garantia de Execução, indenizações apuradas ou extinção por descumprimento, se e na medida em que o atraso ou qualquer outro descumprimento de suas obrigações contratuais resultarem de um evento de Força Maior.

31.2 Para os fins desta cláusula, "Força Maior" significa um evento ou situação fora do controle do Contratado, não previsível, inevitável e cuja origem não seja devida à negligência ou descuido por parte do Contratado. Tais eventos poderão incluir, entre outros, atos do Contratante em sua capacidade soberana, guerras ou revoluções, incêndios, inundações, epidemias, restrições de quarentena e embargos de frete.

31.3 Em caso de ocorrência de um evento de Força Maior, o Contratado deverá notificar o Contratante imediatamente,



por escrito, informando a situação e causa da Força Maior. Salvo instrução em contrário do Contratante por escrito, o Fornecedor deverá continuar a cumprir suas obrigações previstas no Contrato, na medida do possível, e deverá lançar mão de todos os meios alternativos cabíveis para executar as ações não impedidas pelo evento de força Maior.

**32. Pedidos de mudança e alterações ao Contrato**

32.1 O Contratante poderá, a qualquer momento, determinar ao Contratante, por meio de uma aviso conforme a CGC 7, que faça alterações no escopo geral do Contrato ou em um ou mais dos seguintes itens:

- (a) desenhos, projetos ou especificações, em que os Bens a serem fornecidos em cumprimento ao Contrato deverão ser fabricados especificamente para o Contratante;
- (b) o método de remessa ou embalagem;
- (c) o local de entrega; e
- (d) os Serviços Correlatos a serem prestados pelo Fornecedor.

32.2 Caso as referidas alterações resultem em aumento ou diminuição no custo ou tempo necessário para o cumprimento de quaisquer disposições contratuais pelo Fornecedor, um ajuste equitativo deverá ser feito no Preço do Contrato ou no Cronograma de Entrega/Conclusão, ou ambos, e o Contrato deverá ser devidamente alterado. Quaisquer reivindicações contra o Fornecedor acerca de ajustes, nos termos desta Cláusula, deverão ser registradas no prazo de 28 (vinte e oito) dias a contar da data de recebimento, pelo Fornecedor, da ordem de alteração do Contratante.

32.3 Sem Prejuízo do exposto, todas as variações ou modificações dos termos do contrato devem ser feitas

através de aditamento escrito firmado pelas partes, conforme a legislação vigente.

- 32.4 As alterações contratuais deverão ser formalizadas através de Termo de Aditamento, devidamente assinado pelas partes.

**33. Prorrogações de prazo**

- 33.1 Se, a qualquer momento da vigência do Contrato, o Fornecedor ou seus Subcontratados porventura encontrarem condições que impeçam a pontual entrega dos Bens ou conclusão dos Serviços Correlatos, nos termos da CGC 12, deverá notificar imediatamente o Contratante por escrito sobre o atraso, sua provável duração e sua causa. Tão logo seja possível, após o recebimento do aviso do Fornecedor, o Contratante deverá avaliar a situação e poderá, a seu critério, prorrogar o prazo do Fornecedor visando a execução, caso em que a prorrogação deverá ser ratificada pelas Partes por meio de alteração do Contrato
- 33.2 Salvo motivo de Força Maior conforme previsto na CGC 30, se o Fornecedor atrasar o cumprimento de suas obrigações de Entrega e Conclusão, a ele serão impostas as indenizações apuradas de que trata a CGC 24, a menos que uma prorrogação do prazo seja acordada conforme o disposto na CGC 33.1.

**34. Extinção do Contrato**

- 34.1 Se não previsto **nas CEC** e dentro da legislação aplicável, serão motivos de Rescisão Contratual:

34.1.1 Por descumprimento:

(a) O Contratante, sem prejuízo de qualquer outro recurso por descumprimento do Contrato, poderá, por meio de aviso de descumprimento por escrito enviado ao Fornecedor, extinguir o Contrato no todo ou em parte:

- (i) se o Fornecedor deixar de entregar os Bens no todo ou em parte dentro do período

especificado no Contrato, ou dentro de eventuais prorrogações concedidas pelo Contratante de acordo com a CGC 33;

- (ii) se o Fornecedor deixar de cumprir qualquer outra obrigação prevista no Contrato; ou
- (iii) se o Contratante julgar que o Fornecedor praticou fraude e corrupção na concorrência ou na execução do Contrato, conforme o disposto no parágrafo 2.2 do Apêndice 1 às CGC.

(b) Se o Contratante extinguir o Contrato no todo ou em parte tal como previsto na CGC 34.1 (a), poderá obter, nos termos e da maneira que julgar apropriada, Bens ou Serviços Correlatos semelhantes àqueles não entregues ou não executados, e o Fornecedor será responsável perante o Contratante por quaisquer custos adicionais referentes a tais Bens ou Serviços Correlatos semelhantes. No entanto, o Fornecedor deverá continuar a executar aquelas partes do Contrato que não foram extintas.

#### 34.1.2 Por insolvência.

- (d) O Contratante poderá, a qualquer momento, extinguir o Contrato mediante aviso ao Fornecedor, se este declarar falência ou se tornar insolvente. Nesse caso, a extinção não acarretará uma indenização para o Fornecedor, desde que tal extinção não prejudique ou afete qualquer direito de ação ou recurso reconhecido ou que venha a ser reconhecido posteriormente em favor do Contratante.

#### 34.1.3 Por conveniência

- (a) Mediante aviso enviado ao Fornecedor, o Contratante poderá extinguir o Contrato, no todo

ou em parte, a qualquer momento por sua conveniência. Além de mencionar a conveniência do Contratante como motivo de extinção, a notificação de extinção deverá definir a parte extinguida na execução do Contrato pelo Fornecedor e a data de entrada em vigor da extinção.

- (b) Os Bens que estejam concluídos e prontos para embarque dentro de 28 (vinte e oito) dias a contar do recebimento do aviso de extinção pelo Fornecedor serão aceitos pelo Contratante nos termos e preços do Contrato. Para os Bens restantes, o Contratante poderá optar por:
  - (i) demandar a execução e entrega de partes, nos termos das condições e preços do Contrato; e/ou
  - (ii) cancelar o restante e pagar ao Fornecedor uma quantia acordada pela execução parcial dos Bens e Serviços Correlatos e pelos materiais e peças previamente adquiridos pelo Fornecedor.

- 35. Das condições de recebimento**      35.1 O recebimento dos Bens e Serviços Correlatos estão descritos e previstos **nas CEC**.

**APÊNDICE 1****Fraude e Corrupção****1. Finalidade**

- 1.1 As Diretrizes de Combate à Corrupção do Banco, bem como este Anexo, são aplicáveis às aquisições no âmbito das operações de Financiamento de Projetos de Investimento do Banco.

**2. Requisitos**

- 2.1 O Banco exige que os Mutuários (inclusive os beneficiários de seus financiamentos), licitantes (candidatos/proponentes), consultores, empreiteiras e fornecedores, subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços, todos os agentes (declarados ou não), bem como todo o seu pessoal, observem os mais elevados padrões éticos durante o processo de aquisição, seleção e execução de contratos financiados pelo Banco e abstenham-se de qualquer prática de Fraude e Corrupção.

2.2 Nesse sentido, o Banco:

- a. Para fins de aplicação da presente disposição, define da seguinte forma os termos abaixo:
- i. A expressão “prática corrupta” refere-se à oferta, entrega, recebimento ou solicitação, direta ou indiretamente, de qualquer coisa de valor a fim de influenciar indevidamente os atos de terceiros;
  - ii. Entende-se por “prática fraudulenta” qualquer ato ou omissão, inclusive declarações falsas, que, de forma intencional ou irresponsável, induz ou tenta induzir outrem a erro para obter benefícios financeiros ou outros benefícios, ou para evitar uma obrigação;
  - iii. A expressão “prática colusiva” indica a combinação entre duas ou mais partes visando alcançar um objetivo indevido, inclusive influenciar indevidamente os atos de outra parte;
  - iv. A “prática coercitiva” refere-se a prejudicar ou causar dano, ou ameaçar prejudicar ou causar dano, direta ou indiretamente, a qualquer parte ou sua propriedade com o intuito de influenciar indevidamente os atos de uma parte;
  - v. A definição de “prática obstrutiva” é:
    - (a) deliberadamente destruir, falsificar, adulterar ou ocultar provas relevantes para investigações ou fazer declarações falsas a investigadores com o objetivo de obstruir uma investigação do Banco de alegações de prática corrupta,

fraudulenta, coercitiva ou colusiva; e/ou ameaçar, assediar ou intimidar qualquer parte com vistas a impedi-la de revelar fatos de que tem conhecimento sobre assuntos relevantes à investigação ou à sua realização; ou

- (b) atos que tenham por objetivo dificultar o exercício dos direitos do Banco de realizar inspeção e auditoria previstos no parágrafo 2.2 e.
- b. Rejeita a recomendação de adjudicação se o Banco determinar que a empresa ou pessoa recomendada para adjudicação, ou quaisquer dos membros de seu quadro, representantes ou subconsultores, subcontratados, prestadores de serviço, fornecedores e/ou funcionários destes tiver se envolvido, direta ou indiretamente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao concorrer ao contrato em questão;
- c. Pode, além dos remédios legais estabelecidos no Acordo Legal pertinente, tomar outras medidas apropriadas, inclusive declarar o processo de seleção viciado, se o Banco determinar a qualquer momento que os representantes do Mutuário ou de um beneficiário de qualquer parte dos recursos do empréstimo se envolveu em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas durante o processo de licitação, seleção e/ou assinatura do contrato em questão, sem que o Mutuário tenha adotado medidas tempestivas e adequadas, satisfatórias para o Banco, para resolver essas práticas quando ocorrerem, inclusive por não informar ao Banco de imediato ao tomar conhecimento dessas práticas;
- d. Pode impor sanções a qualquer empresa ou pessoa física, conforme as Diretrizes do Banco de Combate à Corrupção e as políticas e procedimentos vigentes sobre aplicação de sanções, indefinidamente ou por um período de tempo determinado, inclusive declarando publicamente tal empresa ou pessoa física como inelegível, impedindo-a de (i) receber a adjudicação de um contrato ou de outra forma beneficiar-se de um contrato financiado pelo Banco, seja em termos financeiros ou de qualquer outra forma;<sup>4</sup> (ii) ser designado<sup>5</sup> como subcontratado, consultor, fabricante ou fornecedor, ou prestador de serviços de uma empresa elegível que receba um contrato financiado pelo Banco; e (iii)

<sup>4</sup> Para evitar dúvidas, a inelegibilidade para adjudicação de contrato de uma parte objeto de sanção deverá incluir, entre outros, (i) candidatar-se para pré-qualificação, manifestar interesse em relação a uma consultoria e ofertar, seja diretamente ou como subcontratado designado, consultor designado, fabricante ou fornecedor designado, ou prestador de serviços designado, em relação ao referido contrato, e (ii) formalizar aditivo ou alteração que introduza uma modificação considerável em qualquer contrato existente.

<sup>5</sup> Entende-se por subcontratado designado, consultor designado, fabricante designado ou fornecedor de bens ou serviços designado (a nomenclatura difere a depender do edital de licitação específico) a pessoa física ou jurídica que tenha sido: (i) incluída pelo Licitante em seu pedido de pré-qualificação ou Proposta em virtude de sua experiência e know-how específicos e imprescindíveis que permitem ao Licitante atender aos requisitos de qualificação para a concorrência em questão; ou (ii) indicada pelo Mutuário.

receber o produto de qualquer empréstimo feito pelo Banco ou, por qualquer outra forma, participar da elaboração ou execução de qualquer projeto financiado pelo Banco;

- e. Exigirá a inclusão, nos editais de licitação/solicitação de propostas e em contratos financiados por um empréstimo do Banco, de uma cláusula determinando que: (i) os Licitantes (candidatos/proponentes), consultores, empreiteiras e fornecedores, bem como seus subcontratados, subconsultores, prestadores de serviços, fornecedores, agentes e pessoal permitam ao Banco inspecionar <sup>6</sup> todas as contas, registros contábeis e outros documentos referentes ao processo de aquisição, seleção e/ou execução do contrato e fazer com que seja examinados por auditores designados pelo Banco.

---

<sup>6</sup> Neste contexto, as inspeções costumam ser de natureza investigativa (ou seja, periciais). Elas envolvem atividades de apuração de fatos, realizadas pelo Banco ou por pessoas designadas por ele, para verificar, por meio dos mecanismos apropriados, aspectos específicos de uma investigação ou auditoria, como a apuração da veracidade de uma alegação de Fraude e Corrupção. Tais atividades incluem, entre outras, o acesso e exame das informações e registros financeiros de uma pessoa física ou jurídica, bem como a extração de cópias desses documentos quando pertinente; acesso e exame de quaisquer outros documentos, dados e informações (seja em formato impresso ou eletrônico) considerados relevantes para os fins da investigação ou da auditoria, e extração de cópias desses documentos quando pertinente; entrevistas com a equipe e outras pessoas pertinentes; condução de inspeções físicas e visitas de campo; e obtenção de uma verificação externa das informações.

## APÊNDICE 2

### Declaração sobre Exploração e Abuso Sexual (EAS) e/ou Assédio Sexual (ASE) para Subcontratados\*

[A tabela a seguir deverá ser preenchida por cada Subcontratado proposto pelo Fornecedor que não tenha sido designado no Contrato]

Nome do Subcontratado: [inserir nome completo]

Data: [inserir dia/mês/ano]

Referência do contrato [inserir referência do contrato]

Página [inserir número da página] de [inserir número total] de páginas

Inserir Declaração sobre EAS e/ou ASE
<p>Nós</p> <p><input type="checkbox"/> (a) não fomos desclassificados pelo Banco por não conformidade com as obrigações de EAS/ASE.</p> <p><input type="checkbox"/> (b) estamos desclassificados pelo Banco por não conformidade com as obrigações de EAS/ASE.</p> <p><input type="checkbox"/> (c) fomos desclassificados pelo Banco por desrespeito às obrigações de EAS/ASE, e fomos retirados da lista de desclassificação. Uma sentença arbitral sobre o caso de desclassificação foi proferida a nosso favor.</p>
<p><b>[Se (c) acima for aplicável, anexar comprovante de sentença arbitral que reverta as conclusões acerca das questões subjacentes à desclassificação].</b></p>
<p>Período de desclassificação: De: _____ Até: _____</p>

Nome do Subcontratado \_\_\_\_\_



Seção IV – Condições Gerais do Contrato

72

Nome da pessoa devidamente autorizada a assinar a Oferta em nome do Subcontratado\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

Cargo do signatário da Oferta em nome do Subcontratado\_\_\_\_\_

Assinatura da pessoa indicada acima\_\_\_\_\_

Data de assinatura \_\_\_\_\_ dia de \_\_\_\_\_

Contra-assinatura do representante autorizado do Fornecedor:

Assinatura: \_\_\_\_\_

Data de assinatura \_\_\_\_\_ dia de \_\_\_\_\_

## Seção V. Condições Especiais do Contrato (CEC)

As Condições Especiais do Contrato (**CEC**) são complementares e/ou alteradas de acordo com as Condições Gerais do Contrato (**CGC**). Sempre que há um conflito, as disposições aqui contidas prevalecerão sobre as das **CGC**.

CGC	
1.1 (i)	<b>O Contratante é</b> o Estado do Espírito Santo, por intermédio da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional - SECTI.
1.1 (m)	<b>O Contratado é:</b> <i>[Inserir o nome completo do Contratado]</i>
1.1 (n)	O <b>Local do Projeto</b> significa o local onde serão entregues os bens e/ou executado os serviços. Neste caso, define-se o local do projeto como:  <i>Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380</i>
4.1	O idioma que regerá este Contrato será o <i>Português (Brasil)</i> .
6.2	a) Para fins de elegibilidade e desembolso junto ao Banco Mundial, as despesas decorrentes desta contratação serão alocadas à Categoria 1 Bens, Obras, Serviços Não Consultivos, Serviços de Consultoria, Custos de Treinamento e Custos operacionais do Projeto, conforme estabelecido na tabela de retirada de recursos do Acordo de Empréstimo nº 9679-BR
7.1	<b>Avisos:</b>  Qualquer aviso feito pelas partes deverá ser "por escrito" e encaminhado, com aviso de recebimento, para os seguintes endereços:  Os endereços são:  Contratante: Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional - SECTI  Atenção: <i>[Gestor do Núcleo Social e Ambiental]</i>

	<p>Endereço: Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, 29066-380</p> <p>Cidade: Vitória Estado: ES</p> <p>País: Brasil</p> <p>Telefone 55 (27) 99972-6860</p> <p>E-mail: esinteligente@secti.es.gov.br</p> <p>Site: <a href="https://secti.es.gov.br/es-mais-inteligente">https://secti.es.gov.br/es-mais-inteligente</a></p> <p>Contratado: [Inserir nome completo do contratado]</p> <p>Atenção: [inserir nome completo da pessoa responsável]</p> <p>Endereço: [Inserir endereço completo, com todos os complementos]</p> <p>Cidade: [Inserir nome da cidade] Estado: [Inserir nome do Estado]</p> <p>País: [Inserir nome do país]</p> <p>Telefone 55-[Inserir número do telefone, incluindo código do país e da Cidade]</p> <p>E-mail: [Inserir email de contato, se for o caso]</p> <p>Site: [Inserir site, se for o caso]</p>
<b>8.1</b>	A legislação aplicável e este Contrato é o Decreto Estadual nº 5545-R de 2023.
<b>9.2</b>	Antes de qualquer providência jurisdicional visando solucionar dúvida quanto à interpretação do presente instrumento, as partes deverão buscar solução administrativa, com a participação da Procuradoria Geral do Estado, por intermédio de um ou mais meios de solução consensual de conflitos previstos na Lei Complementar Estadual nº 1.011/2022, regulamentado pelo Decreto nº 5566-R/2023.
<b>9.4</b>	Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro de Vitória, Comarca da Capital do Estado do Espírito Santo.

12.1	<p>O <b>Prazo de Execução</b> da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da Assinatura do Contrato.</p> <p>O <b>prazo de vigência</b> é de 26 (vinte e seis) meses contados da publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas.</p>
12.2	<p><b>Local(is) de entrega e o(s) Destino(s) Final(is) são os seguintes:</b></p> <p><b>Local de Entrega:</b> Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380</p> <p><b>Destino Final:</b></p> <p><i>Feiras, eventos, missões técnicas, capacitações, publicações e campanhas de divulgação.</i></p>
13.7	<p><i>Não se aplica.</i></p>
13.8	<p><b>Obrigações do Contratante:</b></p> <p>13.8.1. Disponibilizar à contratada, quando solicitado, toda a documentação e informações inerentes ao objeto contratado;</p> <p>13.8.2. Proporcionar todas as facilidades para que o Fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo;</p> <p>13.8.3. Coordenar, através da área fiscalizadora do contrato, a execução do objeto pela contratada, efetuando os registros das ocorrências constatadas;</p> <p>13.8.4. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto do contrato entregue em desacordo com as obrigações assumidas pelo Fornecedor;</p> <p>13.8.5. Pagar regularmente à contratada o preço estabelecido, se preenchidos os requisitos legais;</p> <p>13.8.6. Designar servidor(es) responsável(is) pelo acompanhamento e fiscalização na entrega do objeto.</p> <p>13.8.7. Notificar a contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham ocorrer, em função da execução do objeto.</p> <p><b>Obrigações da Contratada:</b></p>

	<p>13.8.8. Produzir e entregar todos os materiais gráficos e institucionais conforme as especificações técnicas de cada item, incluindo formato, gramatura, impressão, acabamento e qualidade visual.</p> <p>13.8.9. Atender às ordens de fornecimento emitidas pela UGP, realizando as entregas no prazo e no endereço indicado pela contratante.</p> <p>13.8.10. Garantir a qualidade dos materiais entregues, respeitando rigorosamente a identidade visual do Programa ES+Inteligente e os padrões técnicos previstos na Especificação Técnica.</p> <p>13.8.11. Reimprimir ou substituir, sem ônus para a Administração, quaisquer materiais que apresentem defeitos, falhas de impressão, divergências de cor, acabamento inadequado ou dano decorrente de manuseio, no prazo delimitado.</p> <p>13.8.12. Respeitar a arte oficialmente fornecida pela UGP.</p> <p>13.8.13. Observar práticas de sustentabilidade e responsabilidade socioambiental, incluindo uso preferencial de materiais recicláveis, tintas à base de água e garantia de que não há trabalho infantil ou análogo ao escravo no processo produtivo.</p> <p>13.8.14. Cumprir integralmente as diretrizes do Banco Mundial, incluindo normas ambientais e sociais, regras de comunicação, padrões de qualidade e rastreabilidade dos materiais utilizados.</p> <p>13.8.15. Manter comunicação contínua com a UGP, atendendo a ajustes, solicitações, validações e supervisões técnicas durante toda a vigência contratual.</p> <p>13.8.16. Não subcontratar o objeto, total ou parcialmente, conforme vedação expressa.</p>
<b>14.1</b>	<p>A Contratante obriga-se a efetuar o pagamento pelo fornecimento dos bens fornecidos e dos serviços correlatos o valor: [descrever os valores do contrato em preços unitário e total de R\$ 0,00 (por extenso)]</p> <p>14.1.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados na dotação abaixo discriminada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Trabalho: 10.32.101.19.572.0017.2366 – Universalização</li> </ul>

	<p>das Tecnologias Digitais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fonte de Recursos: 754 – Recursos de Operações de Crédito</li> <li>• Detalhamento da Fonte: 000114 – BIRD – Programa de Apoio ao Fortalecimento da Gestão Pública – ES + Inteligente</li> <li>• Plano Orçamentário (PO): 002695 – ES + Inteligente</li> </ul> <p><b>Reajuste</b></p> <p>14.1.2 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 27/11/2025.</p> <p>14.1.3 Após o intervalo de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.</p> <p>a) A remuneração paga em moeda local deve ser reajustada sobre a remuneração correspondente ao mês de novembro de 2025 (Data Base do orçamento), aplicando-se as seguintes fórmulas:</p> $RL = RL0 \times (1 + IIPCA)$ <p>Em que:</p> <p>RL é a remuneração ajustada;</p> <p>RL0 é a remuneração contratada;</p> <p>IIPCA é a variação acumulada do IPCA calculado em Vitória, disponibilizado pelo IBGE e pelo Instituto Jones Santos Neves, ou na falta desta publicação, o IPCA calculado para o Brasil considerando a data base do orçamento (novembro/2025).</p> <p>14.1.4 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste</p> <p>14.1.5 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).</p>
--	---

	<p>14.1.6 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).</p> <p>14.1.7 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.</p> <p>14.1.8 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.</p> <p>14.1.9 O reajuste será realizado por apostilamento.</p>
15.2	<p><b>Do Recebimento</b></p> <p>15.2.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo fiscal ou comissão designada, consignando em relatório informações sobre a simples conferência da conformidade do que foi contratado, em especial do quantitativo, marca e modelo e demais informações constantes na nota fiscal.</p> <p>15.2.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes na Especificação Técnica e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação por escrito da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.</p> <p>b) Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento provisório, o fiscal, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções.</p> <p>c) Após o recebimento provisório, o fiscal deverá manifestar-se sobre o cumprimento das exigências de caráter técnico da conformidade do material recebido com as exigências contratuais, visando subsidiar o gestor do contrato no recebimento definitivo, no prazo de 10 (dez) dias.</p> <p>15.2.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da manifestação do fiscal prevista no item 7.2.2, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante</p>

	<p>termo detalhado.</p> <p>a) Caso haja irregularidades que impeçam o recebimento definitivo, o gestor, conforme o caso, deverá solicitar ao contratado, por escrito, as respectivas correções no prazo de 03 (três) dias úteis.</p> <p>15.2.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.</p> <p>15.2.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser comunicado à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.</p> <p>15.2.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.</p> <p>15.2.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.</p> <p>15.2.8. O recebimento provisório poderá ser dispensado nos casos em que a fiscalização consiga emitir sumariamente o termo de recebimento definitivo pela simplicidade ou quantidade recebida do objeto.</p> <p>15.2.9. Além dos critérios de medição e de pagamento ora estabelecidos, o pagamento da solução observará, ainda, as condições previstas no cronograma constante na Especificação Técnica.</p> <p><b>Nota Fiscal</b></p> <p>15.2.10. Para fins de exame da Nota Fiscal, o fiscal deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:</p> <p>a) o prazo de validade;</p> <p>b) a data da emissão;</p>
--	--



- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

15.2.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

15.2.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal.

15.2.13. O Contratado deverá apresentar nota fiscal/fatura que registre o valor dos bens/serviços, o valor líquido da nota e o valor dos impostos sujeitos a retenção na fonte, inclusive o ISSQN (quando for o caso) e o destaque do Imposto de Renda na Fonte (conforme disposto na IN/RFB 1.234/2012, ou a que vier a substituí-la, e no Decreto Estadual 5.460-R/2023), os quais serão retidos e recolhidos diretamente pela Administração contratante.

#### **Da Forma de Pagamento**

15.2.14. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

15.2.15. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

15.2.16. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

15.2.17. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

15.2.18. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento

	tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.
<b>15.5</b>	<p><b>Do Prazo de Pagamento</b></p> <p>15.5.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados do recebimento da nota fiscal, nos termos do art. 31 do Decreto Estadual nº 5545-R/2023.</p> <p>15.5.2. Ao enviar a solicitação de pagamento, o gestor do contrato deve especificar a data de vencimento da obrigação.</p> <p>15.5.3. Decorrido o prazo indicado no item anterior, incidirá multa financeira nos seguintes termos:</p> $VM = VF \times 12 \ 100 \times ND360$ <p>Onde:</p> <p>VM = Valor da Multa Financeira.</p> <p>VF = Valor da Nota Fiscal referente ao mês em atraso.</p> <p>ND = Número de dias em atraso.</p> <p>15.5.4. Incumbirão à Contratada a iniciativa e o encargo do cálculo minucioso da fatura devida, a ser revisto e aprovado pela Contratante, juntando-se o cálculo da fatura.</p> <p>15.5.6. A liquidação das despesas obedecerá rigorosamente ao estabelecido na Lei 4.320/1964, assim como na Lei Estadual 2.583/1971.</p> <p>15.5.7. Se houver alguma incorreção na Nota Fiscal/Fatura, a mesma será devolvida à Contratada para correção, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação na nova Nota Fiscal/Fatura, sem qualquer ônus ou correção a ser paga pela Contratante.</p>
<b>17.1</b>	O Contratado apresentou Garantia de Execução no valor de R\$ [deve ser equivalente a [inserir percentual]% do valor do contrato adjudicado], na forma de [definir entre as opções ].
<b>22.2</b>	As instruções adicionais referentes a embalagem, identificação e documentação dentro e fora dos volumes constam na Especificação

	Técnica, parte integrante do contrato.
<b>23.1 / 24.1 / 24.2</b>	Correrão por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes do fornecimento dos bens ou execução dos serviços.
<b>23.1</b>	Os Bens deverão estar cobertos por seguro: <b>Não.</b>
<b>24.1</b>	<b>“Não se Aplica”</b>
<b>24.2</b>	<b>“Não se Aplica”</b>
<b>25.1</b>	<p>As inspeções e/ou teste deverão observar o seguinte:</p> <p><b>25.1.1. A Contratada</b> deverá manter, durante toda a execução contratual, o mesmo nível de qualidade demonstrado nas amostras e comprovações técnicas apresentadas, estando sujeita à inspeção, auditoria e monitoramento de desempenho pela Contratante e, quando aplicável, pelo Banco Mundial.</p> <p>a) Em caso de inspeções e/ou testes, os produtos deverão reproduzir, necessariamente, os mesmos padrões técnicos, materiais, processos de impressão, qualidade de acabamento e características construtivas.</p>
<b>26.1</b>	<p>As penalidades e multas para o caso de inadimplemento são as descritas a seguir, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:</p> <p>(a) advertência;</p> <p>(b) multa;</p> <p>(c) impedimento de licitar e contratar e</p> <p>(d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.</p> <p>26.2 Na aplicação das sanções serão considerados:</p> <p>(a) a natureza e a gravidade da infração cometida;</p> <p>(b) as peculiaridades do caso concreto;</p>

	<p>(c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;</p> <p>(d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;</p> <p>(e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.</p> <p>26.3 Para as infrações previstas, a multa será de até 30% do valor do contrato licitado.</p> <p>26.4 A multa será recolhida no prazo máximo de XX (xxxxx) dias úteis, a contar da comunicação oficial.</p> <p>26.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa</p>
<b>35.1</b>	As condições de recebimento provisório e definitivo constam no item 15.2 desta Seção.

## Seção VI. Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos

### 1. Lista de Bens e Cronograma de Entrega

Item N°	Descrição dos Bens	Quantidade	Unidade de medida	Endereço de Entrega	Prazo de Entrega
<b>Grupo 01 - Materiais Gráficos</b>					
1	Blocos de notas	1.500	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
2	Folders	2.000	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
3	Adesivos	2.000	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
4	Cartaz A2	300	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
5	Cartilha Formato A5	1.000	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES,	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da

Seção VI. Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos

85

				29066-380	Ordem de Fornecimento
6	Panfleto	5.000	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
7	Agenda não datada	1.000	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento

Item N°	Descrição dos Bens	Quantidade	Unidade de medida	Endereço de Entrega	Prazo de Entrega
<b>Grupo 2 - Materiais Institucionais</b>					
1	Caneta Esferográfica Touch	2.000	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
2	Squeezes	800	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
3	Mousepad	500	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
4	Boné	300	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES,	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da

Seção VI. Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos

86

				29066-380	Ordem de Fornecimento
5	Suporte de Celular	200	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
6	Pin	1.000	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
7	Ecobag	600	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
8	Chaveiro	1.500	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
9	Camisa	800	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
10	Pendrive cartão	100	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento
11	Camisa Polo	200	Und.	Av. Fernando Ferrari, 1080 - Torre Central, Sala 502, Ed. América Centro Empresarial - Mata da Praia, Vitória - ES, 29066-380	Parcelada - 10 dias úteis, após a emissão da Ordem de Fornecimento

## 2. Lista de Serviços Correlatos e Cronograma de Execução

Não se aplica, por se tratar de execução conforme demanda.



### 3. Especificações Técnicas Detalhadas

#### 1. TABELA SÍNTESE E DEFINIÇÕES

<b>Nome do Programa</b>	Programa de Apoio ao Fortalecimento da Gestão Pública - Espírito Santo Mais Inteligente.
<b>Mutuário</b>	Estado do Espírito Santo.
<b>Instância Consultiva e Deliberativa - Decisório Superior</b>	Comitê Diretivo do Programa. Secretaria Executiva. Coordenação-Geral do Programa.
<b>Órgãos Executores</b>	Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI). Secretaria de Estado do Governo (SEG). Instituto de Tecnologia da Informação e Comunicação do Espírito Santo (PRODEST). Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa Social (SESP).
<b>Prazo de Implementação do Programa</b>	aproximadamente 05 (cinco) anos iniciais. Previsão de Período de Execução: 05 (cinco) anos.
<b>Valor</b>	US\$76,5 milhões, sendo: US\$61,2 milhões do financiamento com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD e US\$15,3 milhões de contrapartida do Estado do Espírito Santo.

**Demais informações**

Disponíveis na página do Programa, por meio do link  
<https://secti.es.gov.br/es-mais-inteligente>

## 2. INTRODUÇÃO E CONTEXTO

O presente documento **Especificações Técnicas** tem como objetivo subsidiar a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos em geral, sob demanda, voltados à produção de materiais de comunicação, divulgação e materiais institucionais das ações do Programa ES+ Inteligente. O Programa é executado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional do Governo do Estado do Espírito Santo (SECTI/ES) e conta com financiamento parcial do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD – World Bank – Banco Mundial).

A presente contratação visa assegurar a padronização da comunicação institucional, o fortalecimento da imagem pública e a divulgação das ações de ciência, tecnologia e inovação apoiadas pelo Programa, em conformidade com as boas práticas de gestão e com as normas de aquisições do Banco Mundial.

## 3. MARCO INSTITUCIONAL E ESTRATÉGICO DO PROGRAMA

O **Programa de Apoio ao Fortalecimento da Gestão Pública - Espírito Santo Mais Inteligente** tem como objetivo fortalecer o ecossistema de inovação capixaba, promover a transformação digital do setor público e ampliar o alcance das políticas de ciência, tecnologia e inovação no Estado do Espírito Santo. A comunicação institucional é um componente transversal do Programa, essencial para disseminar seus resultados e garantir a transparência das ações apoiadas pelo Banco Mundial.

A SECTI atua como **Órgão Executor** do Programa, por meio da **Unidade de Gerenciamento do Projeto (UGP)**, responsável por assegurar que todas as contratações sigam as práticas estabelecidas no e no Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos (edição de setembro 2023) (World Bank Procurement Framework).

#### 4. OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos em geral, sob demanda, voltados à produção de materiais de comunicação, divulgação e materiais institucionais das ações do Programa ES+Inteligente.

O objeto consiste na Contratação de empresa especializada para a execução de serviços gráficos em geral, compreendendo a criação, diagramação, impressão e acabamento de materiais institucionais, promocionais e informativos, como folders, cartazes, catálogos, painéis, adesivos, convites, pastas, cartilhas e demais produtos correlatos, destinados às ações do Programa ES+ Inteligente.

Os serviços e fornecimento deverão obedecer aos critérios de qualidade, padronização visual e identidade institucional definidos pela Unidade de Gerenciamento do Programa ES mais Inteligente, observando-se os parâmetros técnicos, prazos e condições estabelecidos neste Termo de Referência.

Considerando a natureza dos itens a serem contratados, o objeto foi dividido em dois lotes distintos, conforme descrito a seguir:

Item	Grupo
Grupo 1	Materiais Gráficos
Grupo 2	materiais Institucionais

A separação por lotes tem por finalidade garantir a ampla competitividade, a economicidade e a eficiência na execução contratual, observando os princípios previstos no **Regulamento de Aquisições consoante ao art. 11 da Lei nº 14.133/2021**.

A divisão fundamenta-se nas diferenças técnicas e mercadológicas existentes entre os grupos de itens.

O detalhamento do objeto por lote encontra-se na seção 8 deste documento.

#### 5. JUSTIFICATIVA DOS QUANTITATIVOS

Os quantitativos estimados de materiais gráficos e materiais institucionais resultam do planejamento das ações de comunicação e mobilização social do Programa ES+ Inteligente, considerando eventos, reuniões técnicas, oficinas, audiências públicas, atividades pedagógicas e

ações de divulgação previstas no Plano de Comunicação do Programa. A estimativa observa o histórico de execução, a projeção de atividades futuras e a necessidade de alcance dos diferentes públicos beneficiários, evitando superdimensionamento e assegurando economicidade.

## 6. JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTAÇÃO TÉCNICA

O **Programa ES+Inteligente, coordenado pela Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Educação Profissional (SECTI)**, com financiamento do Banco Mundial, tem como propósito modernizar a gestão pública, promover a transformação digital e ampliar a eficiência e a transparência do Estado do Espírito Santo, contribuindo para o fortalecimento da governança, da inovação e do desenvolvimento sustentável.

Para atingir seus objetivos estratégicos, o Programa depende de ações de comunicação institucional amplas, contínuas e padronizadas, que assegurem:

- a divulgação transparente das metas, resultados e impactos do Programa perante a sociedade e as instituições financiadoras;
- o engajamento das partes interessadas (órgãos parceiros, servidores públicos, fornecedores, beneficiários e população em geral);
- e o cumprimento das diretrizes de visibilidade e transparência previstas nas normas do Banco Mundial.

Nesse contexto, a contratação de empresa especializada na prestação de serviços gráficos, promocionais e de comunicação integrada torna-se indispensável para dar suporte técnico e operacional à produção de materiais informativos, educativos e de divulgação, em formato impresso, digital e audiovisual, garantindo padronização visual, qualidade técnica e agilidade na entrega.

Assim, a presente contratação fundamenta-se na necessidade de garantir a efetividade da comunicação pública do Programa ES+Inteligente, como instrumento essencial de transparência, engajamento social e sustentabilidade institucional, atendendo aos critérios de economicidade, eficiência e conformidade exigidos pelo Banco Mundial e pela legislação nacional vigente.

A produção de materiais gráficos é essencial para assegurar a comunicação institucional, a transparência das ações e a disseminação dos resultados alcançados pelo Programa ES+Inteligente.

Os serviços e fornecimento contratados serão utilizados em feiras, eventos, missões técnicas, capacitações, publicações e campanhas de divulgação, fortalecendo a identidade visual e o reconhecimento do Programa perante a sociedade e os parceiros estratégicos.

A contratação também busca garantir padronização, economia de escala e qualidade técnica, em conformidade com as boas práticas de gestão pública e as diretrizes de eficiência, integridade e sustentabilidade do Banco Mundial.

A personalização dos materiais gráficos e materiais institucionais observará a legislação eleitoral vigente no ano de 2026, sendo vedada a inserção de nomes, slogans ou elementos que caracterizem promoção pessoal de agentes públicos.

Será permitida exclusivamente a utilização da identidade visual institucional do Governo do Estado do Espírito Santo e do Programa ES+ Inteligente, conforme manual de marca aplicável.

## 7. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E NORMATIVA

Esta contratação será conduzida conforme o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamentos de Projetos do Banco Mundial (edição de setembro de 2023) , e suas normas complementares:

- Regulamento de Aquisições para Mutuários do Banco Mundial;
- Plano de Comunicação
- Manual de Implementação do Projeto;
- Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI);
- Política de Acesso à Informação do Banco Mundial;
- Quadro Ambiental e Social
- Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) Nº 13.709/201;
- Plano de Compromisso Ambiental e Social.
- AAS - Avaliação Ambiental Social (20.08.24)

Obs. Documentos disponíveis em: <https://secti.es.gov.br/es-mais-inteligente>

Esses instrumentos asseguram a transparência, a integridade, a participação social e a ampla divulgação pública das informações relacionadas ao Programa, conforme as melhores práticas internacionais de governança e comunicação social.

A aplicação desses princípios assegura que o processo seja conduzido de maneira ética, eficiente e auditável, promovendo resultados sustentáveis e efetivos.

**São objetivos específicos desta contratação:**

- I. Apoiar a comunicação institucional e a transparência pública das ações do Programa ES+ Inteligente, por meio de materiais gráficos adequados e acessíveis aos diferentes públicos;
- II. Assegurar a produção integrada de materiais de comunicação, publicidade e propaganda que promovam a identidade visual e institucional do Programa ES+Inteligente, em alinhamento com as diretrizes do Governo do Estado e do Banco Mundial.
- III. Apoiar campanhas educativas, informativas e de mobilização social voltadas aos eixos do Programa (Infraestrutura, Governança Digital, Pessoas e Inovação).
- IV. Garantir qualidade técnica e sustentabilidade ambiental, com uso de insumos e processos de produção responsáveis;
- V. Promover a divulgação das ações, resultados e impactos do Programa, evidenciando os avanços obtidos nas áreas de inovação, tecnologia, governança digital e sustentabilidade.
- VI. Valorizar a transparência e a prestação de contas, por meio de materiais que comuniquem de forma acessível o uso dos recursos públicos e os benefícios gerados à população.
- VII. Estimular a comunicação inclusiva e acessível, utilizando linguagem simples, recursos visuais ilustrativos e formatos adequados para diferentes públicos e meios.
- VIII. Reforçar o posicionamento do Estado do Espírito Santo como referência em inovação e transformação digital, alinhado às diretrizes do Banco Mundial e às metas de desenvolvimento sustentável.
- IX. Garantir suporte visual e informativo aos eventos, treinamentos, oficinas e ações de campo, promovendo a integração e o alcance das atividades do Programa em todo o Estado.
- X. Atender tempestivamente às demandas de comunicação e eventos institucionais, proporcionando agilidade e uniformidade na entrega dos produtos;

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

As especificações técnicas descritas têm por finalidade assegurar qualidade, durabilidade e funcionalidade dos materiais gráficos e materiais institucionais, não constituindo direcionamento a marca específica. Será admitida a apresentação de produtos equivalentes, desde que comprovem atendimento integral às exigências mínimas estabelecidas

### DESCRIÇÃO DETALHADA

Grupo 1- MATERIAIS GRÁFICOS			
Item	Descrição	Unid.	Quant.
01	<b>Folder</b> - papel couchê fosco 170 g/m², acabamento vinco e dobra precisa; refilagem; sem margens brancas, tintas à base de água (preferencial), formato 29,7 x 42 cm (A3), formato fechado 29,7 X 14 cm (2 dobras tipo sanfona ou janela), impressão 4x4 cores (frente e verso) – offset ou digital de alta resolução, embalagem com 100 unidades protegidos contra umidade.	Un.	2.000
02	<b>Bloco de Notas</b> – Formato A5; capa em couchê 250 g/m² ou similar; mínimo 50 folhas em papel offset 75 g/m²; impressão 4x4 cores na capa.	Un.	1.500
03	<b>Panfleto</b> - formato A4 (21 x 29,7 cm) com duas dobras (tríptico), tipo sanfona ou carta, destinado à divulgação institucional do Programa ES+ Inteligente, material Papel couchê fosco 150 g/m², alta brancura, frente e verso colorida (CMYK), impressão digital ou offset de alta resolução, acabamento duas dobras regulares e precisas, refilado, empilhado e embalado em pacotes plásticos, qualidade nítida, sem falhas de cor ou desalinhamento. Reimpressão sem ônus em caso de defeito, sustentabilidade nítida, sem falhas de cor ou desalinhamento. Reimpressão sem ônus em caso de defeito, entrega sob demanda conforme ordem de fornecimento da contratante.	Un.	5.000
04	<b>Adesivo vinílico autocolante</b> - Vinil branco fosco ou brilhante de primeira linha, autoadesivo, com cola acrílica permanente; Espessura mínima de 0,10 mm; Alta aderência em superfícies lisas (plástico, vidro, metal e papel); Impressão digital em policromia (CMYK),	Un.	2.000

Grupo 1- MATERIAIS GRÁFICOS			
Item	Descrição	Unid.	Quant.
	resolução mínima de 1440 dpi, Cores de acordo com o padrão visual oficial do Programa ES+ Inteligente e do Governo do Estado do Espírito Santo; padrão A6 (30 cm x 15 cm) ou conforme arte aprovada pela contratante, embalagem plástica transparente, resistente e selada, contendo identificação do item, quantidade, e lote de produção, Preferência por tintas ecologicamente corretas (base d'água) e materiais recicláveis.		
05	<b>Cartaz A2</b> - papel couchê fosco 170 g/m², acabamento fita dupla face no verso; refilagem; sem margens brancas, papel certificado FSC e tintas à base de água (preferencial), formato A2, impressão 4x0 cores – offset ou digital de alta resolução, embalagem com 100 unidades protegidos contra umidade.	Un.	300
06	<b>Cartilha Formato A5 (fechada)</b> , 4/4 cores, Papel Couché Fosco 170g, Corte Reto, Dobra e Vinco, Grampo Canoa. Entre 12 a 16 páginas miolo + capa especial 4/4 cores papel supremo 250g com plastificação fosca bopp frente e verso total.	Un.	1.000



Grupo 1- MATERIAIS GRÁFICOS			
Item	Descrição	Unid.	Quant.
07	<p><b>Agenda não datada:</b> reutilizável em qualquer período do ano, com estrutura flexível e funcional, permitindo uso contínuo e personalizado; Miolo em papel reciclado g/m², pautado ou pontilhado, com planejamentos semanais e mensais sem datas pré-impressas, possibilitando ao usuário iniciar em qualquer momento; Capa em papel couché 300 g/m² (ou material sustentável equivalente), plastificada fosca ou brilho, com empastamento para rigidez e impressão 4x4 cores; Encadernação Wire-O metálica (preta ou branca). Personalização a ser definida pelo contratante que enviará a arte no momento do pedido; Produto de uso permanente e inteligente, adequado para planejamento anual contínuo, com vida útil estendida e baixo impacto ambiental.</p>	Un.	1.000

Grupo 2 - MATERIAIS INSTITUCIONAIS			
Item	Descrição	Unid.	Quant.
01	<p><b>Caneta</b> – Caneta esferográfica ecológica 2 em 1, com ponta <i>touch</i> capacitiva para telas de <i>smartphones</i> e <i>tablets</i> e carga de tinta de alta durabilidade (escreve até o final sem falhas). Corpo em material sustentável — podendo ser bambu natural, bioplástico (PLA) ou PET reciclado — com componentes metálicos ou plásticos recicláveis; Tinta azul (ou preta), ponta média (1.0 mm), mecanismo retrátil e que não entreve; Produto reciclável e/ou biodegradável, com <i>design</i> ergonômico e moderno e escrita fluida até o término da carga.</p>	Un.	2.000

Seção VI. Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos

97

02	<b>Squeeze</b> - Material atóxico e livre de BPA (plástico premium, alumínio ou inox); capacidade mínima de 500 ml; tampa rosqueável com vedação; opcional: modelo térmico (parede dupla em inox) que conserve líquidos frios ou quentes por, no mínimo, 6 horas; personalização em <i>silk</i> ou gravação a laser.	Un.	800
03	<b>Chaveiro</b> - metálico confeccionado em alumínio escovado ou zamac cromado, com acabamento polido, bordas arredondadas e resistência à oxidação; Dimensões mínimas: 3,5 cm em sua menor dimensão, com formato livre, conforme <i>design</i> proposto pelo contratante, mantendo a aparência institucional, resistente e de boa apresentação; Personalização: gravação a laser ou impressão resinada colorida, conforme necessidade do contratante, podendo conter: Logotipo do Governo do Estado do Espírito Santo; Logotipo do Programa ES+ Inteligente; Personagem Liá (colibri); Mapa estilizado do Estado do Espírito Santo, com aplicação nas cores azul, branca e rosa, conforme o padrão visual institucional; argola metálica partida/dupla ( <i>split ring</i> ); interno admite-se equivalente entre 24–30 mm; Espessura do arame: $\geq 1,8$ mm (ou superior); suporte mínimo de 2 kgf sem abrir ou deformar; Qualidade de acabamento; Conexão ao pingente: corrente reforçada com elos soldados ou canopla/elo de alta resistência; mosquetão metálico adicional, quando solicitado pelo contratante.	Un.	1.500
04	<b>Ecobag</b> - em material ecológico e sustentável, podendo ser em algodão cru, lona de algodão reciclado, juta natural, tecido PET reciclado ou TNT de alta gramatura (mínimo 100 g/m <sup>2</sup> ), todos recicláveis e de baixo impacto ambiental; Alças reforçadas, costuradas com resistência para suportar até 5 kg de carga; Dimensões mínimas: 35 cm (largura) x 40 cm	Un.	600

Seção VI. Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos

98

	(altura); Personalização: impressão colorida em área visível, conforme arte a ser definida no momento do pedido.		
05	<p><b>Camisa</b> - estilo gola careca, unissex, disponível em até 3 cores definidas conforme identidade visual do Programa ES+ Inteligente e do Governo do Estado do Espírito Santo; Confeccionada em tecido tecnológico <i>dry fit</i>, algodão penteado ou poliéster reciclado, com alta respirabilidade, conforto térmico e durabilidade; Gramatura mínima do tecido: 150 g/m<sup>2</sup> (para algodão) ou 120 g/m<sup>2</sup> (para tecidos tecnológicos); Costura reforçada com linha de poliéster, acabamento interno com viés e bainha dupla, modelagem confortável para uso prolongado; Personalização: impressão <i>silk screen</i>, sublimação ou transfer digital, conforme o tipo de tecido, aplicadas conforme arte a ser definida no momento do pedido.</p>	Un.	800
06	<p><b>Camisa Polo Institucional</b> : tipo polo, unissex, confeccionada em malha <i>piquet</i>, <i>dry fit</i> ou algodão com elastano, de alta durabilidade e conforto térmico; Gramatura mínima: 180 g/m<sup>2</sup> (malha <i>piquet</i> ou algodão) ou equivalente em tecido tecnológico; Gola e punhos canelados, fechamento frontal com três botões e costuras reforçadas em linha de poliéster; Modelagem tradicional ou <i>slim</i>, acabamento interno com viés no colarinho e bainha dupla; Logomarca do Programa ES+ Inteligente bordada no lado esquerdo do peito; Bordado de alta definição, com fios de poliéster coloridos resistentes à lavagem e ao desbotamento; As cores da camisa e do bordado, bem como a tabela de tamanhos (P ao GG ou sob medida), serão definidas pelo contratante no momento do pedido, observando a identidade visual oficial do Programa.</p>	Un.	200

Seção VI. Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos

99

07	<b>Boné</b> confeccionado em algodão, sarja, tecido tecnológico <i>dry fit</i> ou poliéster reciclado (RPET), com acabamento estruturado e costuras reforçadas; Modelagem tradicional com seis gomos, ilhoses bordados para ventilação e aba curvada; Tamanho único ajustável, com fecho regulável em velcro, fivela metálica ou tira plástica, conforme modelo aprovado; Personalização: A marcação poderá ser feita por bordado de alta definição (em fios de poliéster resistentes à lavagem) ou por impressão <i>silk screen</i> (silkado), conforme o tipo de tecido selecionado; A arte final, cores e combinações de logotipos serão definidas pelo contratante no momento do pedido.	Un.	300
08	<b>Mouse pad em EVA reciclado</b> , Material em EVA reciclado ou cortiça; com base antiderrapante e apoio anatômico para o punho em material macio e ergonômico; Dimensões mínimas: 20 cm (largura) x 22 cm (altura); Formato: livre, a ser definido no momento do pedido, de acordo com o design aprovado pelo contratante; Impressão: 4x0 cores (colorida frente), aplicada sobre a face superior, com identidade visual oficial do Programa ES+ Inteligente e logotipos institucionais correspondentes; A arte para personalização será enviada pelo contratante no momento do pedido.	Un.	500
09	<b>Suporte de Celular</b> - Acessórios para apoiar <i>smartphones</i> e tablets, confeccionado em material resistente e leve, como plástico reciclado (PP ou ABS reciclado), bambu natural, alumínio anodizado ou outro material sustentável equivalente; <i>Design</i> dobrável, retrátil ou ajustável, que permita o posicionamento do aparelho na vertical e horizontal, garantindo estabilidade e ergonomia durante o uso; Dimensões mínimas: base de 7 cm (largura) x 10 cm	Un.	200

Seção VI. Especificações Técnicas: Descrição dos Bens e Serviços Correlatos

100

	(altura) ou proporcional; Acabamento: liso, sem rebarbas, com apoio antiderrapante em silicone ou EVA; Personalização: impressão a <i>laser</i> , UV digital ou <i>silk screen</i> em área visível; A arte será fornecida pelo contratante no momento do pedido, permitindo adequação à campanha ou evento.		
10	<b>Pendrive cartão</b> - modelo cartão de visita, confeccionado em plástico rígido (PVC ou ABS de alta resistência) ou material sustentável equivalente, com acabamento fosco ou brilhante, de alta durabilidade; Capacidade mínima: 32 GB reais, com interface USB 3.0 ou superior, compatível com sistemas Windows, macOS e Linux; Velocidade mínima de leitura: 15 MB/s; gravação: 5 MB/s (ou superior); Dimensões aproximadas: 8,5 cm x 5,4 cm (padrão cartão de crédito), espessura máxima de 3 mm, com conector retrátil ou giratório embutido; Personalização: impressão colorida frente e verso (4x4 cores, policromia), conforme arte oficial enviada no momento do pedido.	Un.	100
11	<b>Pin metálico bandeira do Estado do Espírito Santo e logomarca oficial do Programa ES+ Inteligente</b> - Retangular, com cantos levemente arredondados, 25 mm (largura) x 15 mm (altura), liga metálica de zinco fundido, latão ou cobre com acabamento de alta qualidade, espessura 2,0 mm a 2,5 mm, Banho de níquel prateado ou dourado; aplicação de esmalte vitrificado nas cores oficiais da bandeira (azul celeste, branca e rosa), cores De acordo com o Visual da logo do Governo do Estado do Espírito Santo (PANTONE / RGB conforme padrão oficial), Pino metálico com trava tipo "borboleta" ( <i>butterfly clutch</i> ), soldado ao corpo do pin, Logotipo e contorno em relevo metálico, preenchimento esmaltado em cores sólidas,	Un.	1.000

	Aproximadamente 6 a 8 g, unidade acondicionada individualmente em envelope plástico transparente.		
--	---	--	--

**\*Não será admitida a subcontratação do objeto/lotes.**

## 7. PRAZOS E CONDIÇÕES DE ENTREGA

Os materiais deverão ser entregues de forma programada de acordo com a emissão de ordem de fornecimento no prazo de **10 (dias) úteis ou outro prazo que as partes entrarem em acordo, após a emissão da Ordem de Fornecimento com quantitativos que serão encaminhados pela Unidade Gestora do Programa - UGP**, para o empresa contratada, no endereço Av. Fernando Ferrari, nº1200, torre central sala 502 nas dependências da Unidade Gestora do Programa ou em outro endereço indicado pela UGP.

A UGP será responsável pela conferência dos materiais entregues, verificando a quantidade, integridade, acabamento e conformidade técnica com as especificações do pedido. Somente após a aprovação da qualidade e conformidade pelo demandante é que o material será considerado aceito e apto para fins de recebimento definitivo.

**A obrigação de reimpressão ou substituição sem ônus à Administração restringe-se exclusivamente às hipóteses em que os defeitos, falhas ou divergências sejam decorrentes de ação ou omissão imputável à Contratada.**

**7.1.** Fica a cargo da **UGP/SECTI** o fornecimento da arte de cada item solicitado pela ordem de fornecimento, cujo prazo será de **até 30 dias** anteriores à ordem de fornecimento.

## 7.2. ESTIMATIVA DE EVENTOS PROGRAMADOS

ANO	TIPO DE EVENTO	QUANT. EVENTOS
2026	Feiras e eventos de ampla divulgação	03
2027	Feiras e eventos de ampla divulgação	03
2026	Eventos de engajamento com o público interessado	12
2027	Eventos de engajamento com o público interessado	12

2026	Workshops com servidores públicos	02
2027	Workshops com servidores públicos	02
2026	Eventos institucionais	10
2027	Eventos institucionais	10

A definição das quantidades e categorias dos eventos apresentadas nesta estimativa foi elaborada com base nas ações previstas no Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI) do Programa Espírito Santo Mais Inteligente, considerando a necessidade de promover interação contínua, transparência e participação social ao longo da execução do Programa.

Ressalta-se, contudo, que os números aqui apresentados representam apenas uma estimativa preliminar, podendo ser ajustados conforme a evolução das atividades, a dinâmica de execução do Programa e as demandas identificadas pela Unidade Gestora do Programa – UGP.

O peso comunicacional de cada categoria também foi considerada e descritos abaixo:

- Baixo volume e alto valor simbólico para itens institucionais e tecnológicos.
- Médio volume e alta usabilidade para itens de engajamento interno e técnico.
- Alto volume e ampla visibilidade para itens de divulgação pública.

## 8. REQUISITOS MÍNIMOS DA AQUISIÇÃO

A contratada deverá garantir a qualidade dos serviços prestados e dos materiais utilizados, responsabilizando-se por eventuais falhas de impressão, acabamento ou divergências de cor, promovendo a reimpressão sem ônus adicional à Administração.

Além da responsabilidade pela qualidade, a empresa deverá demonstrar experiência prévia e capacidade técnica comprovada, apresentando, quando solicitado pela Contratante ou pela Unidade de Coordenação do Projeto, os seguintes elementos mínimos de comprovação:

- Relação de 2 contratos ou atestados de capacidade técnica, que comprovem fornecimentos compatíveis em porte, complexidade e qualidade com os serviços ora contratados;
- Apresentação de amostras físicas, catálogos dos produtos dos itens para cada grupo indicado mais relevantes descritos na Especificação Técnica que compõem o contrato

da empresa especializada, que evidenciem o padrão técnico e o acabamento dos produtos;

- Existência demonstrativas de procedimentos internos de controle de qualidade, rastreabilidade de materiais e revisão técnica antes da entrega final.
- Em caso de defeitos, divergências de especificação, falhas de produção ou danos decorrentes de manuseio inadequado, a Contratada deverá realizar a reimpressão ou substituição do material, sem ônus adicional à Administração, no prazo de até 48 horas, mantendo a conformidade com o padrão originalmente aprovado.

**A Contratada** deverá manter, durante toda a execução contratual, o mesmo nível de qualidade demonstrado nas amostras e comprovações técnicas apresentadas, estando sujeita à inspeção, auditoria e monitoramento de desempenho pela Contratante e, quando aplicável, pelo Banco Mundial.

Poderão participar do processo empresas especializadas que comprovem experiência comprovada em serviços gráficos ou correlatos, desde que possuam estrutura técnica e operacional compatível com a execução do objeto, independentemente do ramo principal de atuação declarado em seu registro empresarial.

## 9. SUSTENTABILIDADE E RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A empresa contratada deverá observar práticas de sustentabilidade deverá também assegurar que o processo produtivo não envolva trabalho infantil ou análogo ao escravo, em conformidade com as com as Leis vigentes no país e Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial.

## 10. DISPOSIÇÕES GERAIS

Esta **Especificação Técnica** foi elaborada em conformidade com as boas práticas internacionais de gestão de aquisições e execução contratual, observando as diretrizes, princípios e políticas operacionais adotadas pelo Banco Mundial para projetos financiados ou co-financiados por aquele organismo.

O prazo de vigência do contrato será de **24 (vinte e quatro) meses**, contados a partir da data de assinatura do instrumento contratual.

Durante esse período, a contratada deverá garantir a plena execução das obrigações assumidas, atendendo às demandas sob o regime de fornecimento sob demanda, conforme ordens de fornecimento emitidas pela contratante.



As disposições aqui estabelecidas visam garantir **transparência, integridade e eficiência** em todas as etapas da contratação, desde a elaboração do termo de referência até a entrega final dos produtos e serviços, assegurando a **adequação técnica**, o **uso responsável dos recursos** e **maximizar o valor agregado** para o projeto.

A execução das atividades deverá observar os padrões de qualidade definidos neste documento, bem como as orientações técnicas e administrativas emitidas pela Unidade Gestora do Programa (UGP), que atuará como instância de supervisão e controle.

Caberá à contratada assegurar o cumprimento integral dos requisitos técnicos, prazos e resultados esperados, mantendo comunicação transparente com a Contratante e disponibilizando as informações necessárias à verificação de desempenho, auditoria e monitoramento por parte da Unidade Gestora do Programa - UGP.

Situações omissas, interpretações divergentes ou a necessidade de ajustes técnicos serão tratadas de forma colaborativa entre as partes envolvidas, com base nos princípios de **boa-fé contratual, responsabilidade e conformidade**, priorizando a continuidade dos objetivos do projeto e o atendimento às normas de elegibilidade e salvaguardas aplicáveis.

Responsáveis pela Elaboração e Revisão:

(Assinado Eletronicamente)

## APÊNDICE

ITENS RELEVANTES PARA REFERÊNCIA TÉCNICA E AVALIAÇÃO DA CONTRATADA  
ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA Nº 004/2025

## 1. Finalidade

O presente Apêndice tem por finalidade **destacar os itens considerados mais relevantes e estratégicos** dentre aqueles previstos na Especificação Técnica nº 004/2025, que servirão como **referência prioritária para avaliação da capacidade técnica, padrão de qualidade e execução contratual da empresa vencedora do certame.**

Este Apêndice **não altera, substitui ou restringe** o objeto nem os quantitativos estimados constantes da Especificação Técnica, possuindo caráter **complementar, orientativo e operacional**, com vistas a assegurar padronização decisória, qualidade técnica e segurança jurídica na execução contratual.

Para fins de avaliação técnica, controle de qualidade e referência de execução, ficam destacados como **itens relevantes do Grupo 1 – Materiais Gráficos:**

- a) Folder institucional (Item 01);
- b) Panfleto institucional dobrado (Item 03);
- c) Cartaz formato A2 (Item 05);
- d) Cartilha institucional grampeada (Item 06);
- e) Agenda institucional não datada (Item 07).

Para fins de avaliação técnica, controle de qualidade e referência de execução, ficam destacados como **itens relevantes do Grupo 2 – Materiais Institucionais:**

- a) Camisa institucional (Item 05);
- b) Camisa polo institucional bordada (Item 06);
- c) Ecobag institucional sustentável (Item 04);
- d) Chaveiro metálico personalizado (Item 03);
- e) Pendrive modelo cartão (Item 10).

A seleção dos itens relevantes constante deste Apêndice visa **assegurar objetividade, eficiência administrativa e qualidade técnica**, reduzindo riscos de inconsistências na execução contratual e garantindo alinhamento com as diretrizes do Programa ES+Inteligente, da legislação vigente e do Regulamento de Aquisições do Banco Mundial.

#### 4. Desenhos

Este Edital de licitação não inclui Desenhos.

### 5. Inspeções e Testes

O detalhamento encontra-se no 3. Especificações Técnicas Detalhadas.

**Seção VII. Formulários de Oferta Atualizada****1. Termo de Apresentação de Oferta Atualizada**

*[O Licitante deverá preencher estes Formulário de acordo com as instruções indicadas. Não alterar seu formato.]*

Data: *[inserir data (dia, mês e ano) da apresentação da Oferta]*

PE N.º: 90001/2026

Para: *[inserir o nome completo do Contratante]*

Nós, abaixo assinados, declaramos que:

Examinamos e não temos restrição alguma ao Edital de Licitação, incluindo os Adendos N.º *[indicar o N.º e a data de emissão de cada adendo]*;

Oferecemos fornecer em conformidade com o Edital de Licitação e de acordo com os Cronogramas de Entrega constante das Especificações Técnicas os seguintes Bens e Serviços Correlatos *[inserir uma breve descrição dos Bens e Serviços Correlatos]*;

O preço total de nossa Oferta é: *[inserir o preço total da oferta por extenso e em números]*;

Nossa Oferta é válida pelo prazo especificado nas IAL 13.1, contado desde a data final fixada para a apresentação da Oferta de acordo com as IAL 15.1, e isso representará um compromisso entre nós e que pode ser aceito a qualquer data antes da expiração desse prazo;

Caso nossa Oferta seja aceita, obteremos uma garantia de execução de acordo com as IAL 29.1 e as CGC Cláusula 17.1, para a devida execução do Contrato;

Nós, incluindo quaisquer subcontratados ou fornecedores de qualquer parte do contrato, temos a nacionalidade de países elegíveis *[inserir a nacionalidade do Licitante, incluindo as de todas as*

*partes que constituem o Licitante, se o Licitante for um Consórcio, e a nacionalidade de cada subcontratado e fornecedor]*

Nós não temos nenhum conflito de interesse de acordo com as IAL 5 do Edital;

Nossa empresa, suas afiliadas ou subsidiárias – incluindo quaisquer subcontratados ou fornecedores para qualquer parte do contrato –, não foram declaradas inelegíveis pelo Banco ou declarada inidônea, de acordo com as leis e regulamentos oficiais do País do Contratante, conforme disposto na alínea (b) da IAL 6.4 do Edital;

Até que seja preparado e assinado um Contrato formal, esta Oferta, juntamente com seu aceite por escrito contido em sua notificação de adjudicação, serão consideradas um Contrato de obrigação entre as partes;

Estamos cientes que V. S.<sup>as</sup> não são obrigadas a aceitar a Oferta de menor preço avaliado ou qualquer Oferta que venham a receber.

Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos a assinar o Contrato no prazo determinado no Edital, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Razão Social: \_\_\_\_\_

CNPJ/MF: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

Tel./Fax: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

Banco: \_\_\_\_\_ Agência: \_\_\_\_\_ c/c: \_\_\_\_\_

Seção VII. Formulários de Oferta Atualizada

110

Dados do Representante Legal da Empresa para assinatura do Contrato:

Nome: \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_ Cidade: \_\_\_\_\_ UF: \_\_\_\_\_

CPF/MF: \_\_\_\_\_ Cargo/Função: \_\_\_\_\_

RG nº: \_\_\_\_\_ Expedido por: \_\_\_\_\_

Naturalidade: \_\_\_\_\_ Nacionalidade: \_\_\_\_\_

Assinado: *[inserir a assinatura da pessoa cujo nome e autoridade para assinar a oferta estão identificados].*

Cargo: *[inserir o cargo legal da pessoa que assina o Termo de Oferta]*

Nome: *[inserir o nome completo da pessoa que assina o Termo de Oferta]*

Autorizado para assinar a Oferta por e em nome de: *[inserir o nome completo do Concorrente]*

Datado de \_\_\_\_\_ dia de \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ *[inserir a data de assinatura]*

## 2. Oferta de Preços Atualizada dos Bens

### Planilha de Preços Atualizada dos Bens

PE N.º 90001/2026 - Data: [indicar]		LOTE N.º: [indicar]		Página N [indicar] de [indicar]	
1	2	3	4	5	6
Item N.º	Descrição dos Bens	Marca e Modelo	Quant. e Unidade	Preço Unitário	Preço Total por item (Col. 4×5)
Preço Total dos Bens					
Preço Total dos Serviços Conexos					
Preço Total da Oferta					

Nome do Concorrente [inserir o nome completo do Concorrente] - Assinatura do Concorrente [assinatura da pessoa que assina a Oferta] Data [inserir a data]



### 3. Oferta de Preços Atualizada dos Serviços Correlatos

#### Planilha de Preços e de Prazo de Execução – Serviços Correlatos

PE N.º : 90001/2026    LOTE N.º: [indicar]    Página N.º :[indicar] de :[indicar]					
1	2	3	4	5	6
Serviço N.º	Descrição dos Serviços (exclui o transporte interno e outros serviços necessários para a entrega dos bens em seu destino final)	Prazo de Execução	Quantidade e Unidade	Preço Unitário	Preço Total por Serviço (Col. 4*5 ou estimativa)
[inserir o número do Serviço]	[inserir o nome do Serviço]	[inserir o Prazo de Execução por Serviço]	[inserir a quantidade a ser fornecida e a unidade de medida]	[inserir o preço unitário por item]	[inserir o preço total por item]
Preço Total dos Serviços Conexos (Transportar para a Oferta de Bens)					

Nome do Concorrente [inserir o nome completo do Concorrente] - Assinatura do Concorrente [assinatura da pessoa que assina a Oferta]  
Data [inserir a data]

**Seção VIII. Declarações do Licitante**

[A presente declaração deve ser feita em papel timbrado da empresa]

Processo n.º 2025-570QJ

Modalidade: Pregão Eletrônico nº 90001/2026

[nome completo do Licitante], [CNPJ], sediado em [endereço do Licitante], por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão em epígrafe, **DECLARA** expressamente que:

- a) Para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº. 14.133/2021, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;
- b) Até a presente data, inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026

(Local)

\_\_\_\_\_

(Assinatura do responsável)

Nome: \_\_\_\_\_

Cédula de Identidade nº.: \_\_\_\_\_

### Formulário de Divulgação da Propriedade Beneficiária

**INSTRUÇÕES AOS LICITANTES: APAGAR ESTE CAMPO APÓS PREENCHER O FORMULÁRIO**

Este Formulário de Divulgação da Propriedade Beneficiária ("Formulário") deverá ser preenchido pelo Licitante vencedor. No caso de Joint Venture, o Licitante deverá fornecer um formulário separado para cada um dos integrantes. As informações relativas à propriedade beneficiária deverão estar atualizadas na data em que forem fornecidas no Formulário.

Para efeitos do presente Formulário, um Proprietário Beneficiário do Licitante é uma pessoa física ou jurídica que seja proprietária do Licitante ou detenha seu controle porque cumpre uma ou mais das seguintes condições:

detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais das ações  
detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais dos direitos de voto  
detém, direta ou indiretamente, o poder de designar a maioria dos membros do Conselho de Administração ou órgão gestor equivalente do Licitante

**Pregão Eletrônico Nº:** 90001/2026 **Solicitação de Oferta Nº:** [inserir identificação]

Para: [Inserir o nome completo do Comprador]

Em resposta à sua solicitação na Carta de Aceitação datada de [inserir a data da Carta de Aceitação] para fornecer informações adicionais sobre a propriedade beneficiária: [selecionar a opção que se aplica e apagar as opções que não se aplicam]

(i) fornecemos aqui as seguintes informações sobre a propriedade beneficiária:

#### Detalhes da propriedade beneficiária

Identidade do Proprietário Beneficiário	Detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais das ações (Sim/Não)	Detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais dos direitos de voto (Sim/Não)	Detém, direta ou indiretamente, o poder de designar a maioria dos membros do Conselho de Administração ou órgão gestor
---	--	---	--

Seção VIII. Declarações do Concorrente

115

			equivalente do Licitante (Sim/Não)
[inserir o nome completo (sobrenome, nome do meio, nome), nacionalidade e país de residência]			

**OU**

(ii) declaramos que não existem Proprietários Beneficiários que atendam a pelo menos uma das condições a seguir:

- detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais das ações
- detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais dos direitos de voto
- detém, direta ou indiretamente, o poder de designar a maioria dos membros do Conselho de Administração ou órgão gestor equivalente do Licitante

**OU**

(iii) declaramos que não conseguimos identificar Proprietários Beneficiários que atendam a pelo menos uma das condições a seguir. [Se esta opção for escolhida, o Licitante deverá fornecer explicações para não conseguir identificar Proprietários Beneficiários]

- detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais das ações
- detém, direta ou indiretamente, 25% ou mais dos direitos de voto
- detém, direta ou indiretamente, o poder de designar a maioria dos membros do Conselho de Administração ou órgão gestor equivalente do Licitante]"

**Nome do Licitante:** \*[inserir o nome completo do Licitante]\_\_\_\_\_

**Nome da pessoa devidamente autorizada a assinar a Oferta em nome do Licitante:** \*\*[inserir o nome completo da pessoa devidamente autorizada a assinar a Oferta]\_\_\_\_\_

**Cargo do signatário da Oferta:** [Inserir o cargo completo do signatário da Oferta]

**Assinatura da pessoa indicada acima:** [inserir a assinatura da pessoa cujo nome e cargo estão indicados acima]

**Data de assinatura** [inserir a data de assinatura] **dia de** [inserir o mês], [inserir o ano]

\* No caso de uma Oferta apresentada por uma Joint Venture, especificar o nome da Joint Venture como Licitante. Caso o Licitante seja uma Joint Venture, cada referência a "Licitante" no Formulário de Divulgação da Propriedade Beneficiária (inclusive esta Introdução) deverá ser lida como referindo-se ao membro da Joint Venture.

\*\* O signatário da Oferta deverá anexar à Oferta a procuração outorgada pelo Licitante. A procuração deverá ser anexada às Planilhas da Oferta.

## Modelo 1. Atestado de Capacidade Técnica

[Nome do Contratante]

[Nome do Projeto]

Pregão Eletrônico N.º 90001/2026

Processo N.º 2025-570QJ

Atestamos para os devidos fins que a empresa **[Razão Social da Empresa licitante]**, inscrita no CNPJ sob o N.º. **[da Empresa licitante]**, estabelecida na **[endereço da Empresa licitante]**, prestou a esta empresa/Entidade **[Razão Social da Empresa Emitente do atestado]**, inscrita no CNPJ sob o N.º. **[CNPJ da Empresa Emitente do atestado]**, situada no **[endereço da Empresa Emitente do atestado]**, os serviços abaixo especificado(s), no período de (\_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ a \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_):

- **OBJETO ENTREGUE:** (descrever os bens/serviços entregues/executados)
- **VALOR GLOBAL (R\$):**..... (se possível).

Atestamos ainda, que tal(is) serviços está (ão) sendo / foi (ram) executado(s) satisfatoriamente, não existindo, em nossos registros, até a presente data, fatos que desabonem sua conduta e responsabilidade com as obrigações assumidas.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante da Empresa Emitente]

Cargo / Telefone

Documento original assinado eletronicamente, conforme MP 2200-2/2001, art. 10, § 2º, por:

**ERICK MOREIRA DE AGUIAR**

FISCAL TITULAR (COMISSÃO DE ATIVIDADES DE LICITAÇÃO - SUBPI - SECTI)

SECTI - SECTI - GOVES

assinado em 20/01/2026 16:17:34 -03:00



**INFORMAÇÕES DO DOCUMENTO**

Documento capturado em 20/01/2026 16:17:34 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

por ERICK MOREIRA DE AGUIAR (FISCAL TITULAR (COMISSÃO DE ATIVIDADES DE LICITAÇÃO - SUBPI - SECTI) - SECTI - SECTI - GOVES)

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

A disponibilidade do documento pode ser conferida pelo link: <https://e-docs.es.gov.br/d/2026-PMXK9V>